

UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DOS TIPOS DE PERSONALIDADE
NA DIFERENCIAÇÃO DAS
CAPACIDADES ATIVO-CRIADORA, E PASSIVO-REPRODUTIVA

I - 10810000-4
CN - 10808000-3
10808000-2
1080000-6

UAB
Psicologia da aprendizagem
Personalidade
Inteligência

ELISABETH SCHILLING

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO
DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

FORTALEZA - 1985

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Educação, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Universitária da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Elisabeth Schilling

ELISABETH SCHILLING

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 20/12/85

Maria Lúcia Dallago

MARIA LÚCIA DALLAGO, Ph.D.

Orientadora

Francisco

FRANCISCO RAMOS DE FARIAS, Mestre

Raimundo Hélio Leite

RAIMUNDO HÉLIO LEITE, Mestre

RESUMO

O presente estudo teve por finalidade analisar os tipos de personalidade (extroversão, introversão e dogmatismo) na diferenciação das capacidades cognitivas, consideradas em duas vertentes: a ativo-criadora e a passivo-reprodutiva.

Procedeu-se a testagem de 399 indivíduos com os seguintes instrumentos psicológicos: 16 PF de CATTEL e EBER; Escala de Dogmatismo de ROKEACH (forma E) e os sub-testes da bateria DAT, raciocínio verbal, uso da linguagem, habilidade numérica, raciocínio abstrato, relações espaciais e raciocínio mecânico. Este conjunto de instrumentos foi utilizado para verificar empiricamente as seguintes hipóteses: o tipo introvertido, bem como o tipo não-dogmático, apresentam uma diferenciação maior nos fatores que compõem o lado ativo-criador da área cognitiva (raciocínio verbal, raciocínio mecânico e raciocínio abstrato) em comparação aos tipos extrovertido e não-dogmático.

A análise estatística efetuada pelo teste Z revelou o seguinte: a) há diferença significativa nos indivíduos introvertidos com respeito ao raciocínio verbal; b) para as capacidades raciocínio abstrato e raciocínio mecânico não se observou diferença significativa entre indivíduos introvertidos e extrovertidos, quer isolados, quer na combinação com o tipo dogmático; c) nas capacidades sentença e relações espaciais observou-se uma maior diferenciação nos indivíduos introvertidos, em comparação com os indivíduos extrovertidos; d) na capacidade habilidade numérica observou-se um desenvolvimento maior nos indivíduos extrovertidos; e) ainda com respeito à capacidade habilidade numérica e à ortografia observou-se uma diferença entre indivíduos

dogmáticos e não-dogmáticos, apresentando os primeiros uma proporção maior em relação aos não-dogmáticos; f) também na habilidade numérica observou-se uma proporção maior nos introvertidos dogmáticos em relação aos introvertidos não-dogmáticos; g) a combinação extrovertido dogmático e extrovertido não-dogmático não exibiu nenhuma diferença.

Alguns argumentos são válidos ao se pretender justificar as afirmações precedentes: em princípio é possível que a diferenciação da capacidade cognitiva esteja mais relacionada com os traços do que com os tipos.

Um outro argumento pode ser acrescentado no que concerne à possibilidade de realização de um estudo, considerando a realidade nordestina, objetivando verificar se as diferenças regionais se refletem nos resultados dos sub-testes na bateria DAT, uma vez que a mesma foi padronizada em estudantes secundários do Rio de Janeiro.

RESUMÉE

Notre étude a pour but une analyse de l'influence du type de personnalité (l'extraverti, l'introverti et le dogmatique) dans la différenciation cognitive traitée en deux versants: l'actif-créateur et le passif-reproducteur.

On a travaillé avec 399 sujets auxquels on a fait passer le test 16 P.F. Personality Factors de CATTELL et EBER, l'Echelle de Dogmatisme de ROKEACH (Formule E) et les sous-tests de la batterie D.A.T. (Differential Aptitude Test) concernant le raisonnement verbal, l'emploi du langage, l'aptitude numérique, le raisonnement abstrait, les relations spatiales et le raisonnement mécanique. Les données que nous avons ainsi rassemblées, nous ont servi à vérifier empiriquement les hypothèses suivantes: le type introverti ainsi que le type dogmatique comparés aux types extraverti et le non-dogmatique ont une plus grande tendance dans la différenciation d'après le versant actif-créateur du champ cognitif (raisonnement verbal, les raisonnements mécanique et abstrait).

L'analyse statistique procédée avec le test Z a montré les données suivants: (a) il y a une différence remarquable, chez les sujets introvertis en ce qui concerne le raisonnement verbal; (b) quant aux aptitudes du raisonnement abstrait et mécanique nous n'avons pas trouvé de différences significatives, entre les sujets introvertis et les extrovertis qu'ils soient pris (couple introvertis-extrovertis) qu'ils soient pris en rapport avec le type dogmatique; (c) en ce qui concerne les aptitudes de rédaction et des relations spatiales, nous avons observé une plus grande différenciation chez les sujets introvertis com

parés aux extrovertis; (d) on a observé que les sujets extrovertis présentent plus d'aptitude numérique que les autres; (e) chez les dogmatiques nous avons constaté une plus grande tendance pour ce qui touche les aptitudes numériques et de l'écriture que chez les non-dogmatiques; (f) chez les introvertis dogmatiques comparés aux introvertis non-dogmatiques on a trouvé également une plus grande tendance aux aptitudes numériques; (g) nous n'avons trouvé aucune différence entre les sujets extrovertis dogmatiques et les extrovertis non-dogmatiques.

Cherchant une explication pour les constats précédemment exposés nous admettons d'abord qu'il est possible que l'aptitude dans la différenciation cognitive soit due à des traits de personnalité bien plus qu'aux types psychologiques. Deuxièmement nous nous demandons si nous pouvons aussi faire une étude comparative entre les sujets de notre recherche réalisée au Nord-Est du Brésil et des sujets de l'État de Rio de Janeiro, étant donné que les résultats obtenus aux sous-tests de la batterie D.A.T. ont été étalonnés à partir d'un échantillon d'étudiants de l'École Secondaire de Rio de Janeiro.

À minha família, em especial,
minha mãe HERTHA SCHILLING.

AGRADECIMENTOS

A Maria Lúcia Dallago, orientadora, pela dedicação e incentivo sempre presentes na realização deste trabalho.

Ao Francisco Ramos de Farias, co-orientador, pelo apoio e total disponibilidade presentes, em todas as fases deste estudo.

Ao Hélio Leite, pelas valiosas sugestões metodológicas e estatísticas.

Ao Diretor do Centro, Professor Renê Barreira, pela colaboração recebida.

Ao Alexandre Rocha Filgueiras, pela efetiva participação e compreensão demonstradas durante a execução deste trabalho.

Ao Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas pela colaboração espontânea.

A Eliana Sampaio e Zélia Holanda, pela atuação demonstrada no tratamento estatístico deste estudo.

As bolsistas Ângela Angelim, Delane Matias, Idilva Germano, Norma Mendonça, e Terezinha Façanha, pela significativa ajuda na coleta dos dados.

Aos Diretores das Escolas, por terem facilitado a execução da pesquisa, possibilitando a participação de seus alunos como sujeitos desta investigação.

À bibliotecária Élide Fagundes Schirmer pela simpatia e eficiência com a qual sempre desempenha suas tarefas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. DESENVOLVIMENTO.....	09
2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2.1.1. A EMERGÊNCIA DA PERSONALIDADE COMO CONSTRUTO CIENTÍFICO.....	09
2.1.2. A UTILIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE TRAÇO E DE TIPO NA DEFINIÇÃO DA PERSONALIDADE.....	16
2.1.3. SOBRE A DIFERENCIAÇÃO DOS TIPOS DE PERSONALIDADE.....	24
2.1.3.1. A Dimensão Extroversão-Introversão..	24
2.1.3.2. A Dimensão Dogmatismo.....	35
2.1.4. MARCOS HISTÓRICOS NO ESTUDO DA INTELIGÊNCIA HUMANA.....	38
2.1.5. SOBRE A ESTRUTURA DE CAPACIDADES.....	51
2.1.6. SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS DA PERSONALIDADE E OS DETERMINANTES COGNITIVOS (INTELIGÊNCIA).....	56
2.2. PLANEJAMENTO EXPERIMENTAL.....	61
2.2.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	61
2.2.2. OBJETIVOS.....	62
2.2.3. VARIÁVEIS.....	63
2.2.4. FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	64
2.2.5. METODOLOGIA.....	66
2.2.5.1. População e Amostra.....	66
2.2.5.2. Instrumentos.....	69
2.2.5.3. Procedimentos.....	69
2.2.5.4. Plano de Análise dos Resultados.....	70

2.2.6. RESULTADOS.....	73
2.2.6.1. Lado Ativo-Criador.....	73
2.2.6.2. Lado Passivo-Reprodutivo.....	75
2.2.7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	78
3. CONCLUSÕES.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da História tem-se observado o empenho dos investigadores, em seus trabalhos, tentando estabelecer relações explicativas precisas entre a personalidade e situações como rendimento acadêmico, produtividade no trabalho, surgimento de determinadas doenças, facilidade e dificuldade nas operações cognitivas, adaptabilidade, vulnerabilidade ao stress e outras.

Os experimentos levados a efeito, para explicar a dinâmica das relações entre os aspectos da configuração personalógica e a maioria das situações mencionadas acima evidenciaram resultados imprecisos de modo que não se tenha podido estabelecer proposições claras e precisas. Acredita-se que isto deva-se, particularmente, à complexidade da personalidade pois, este é um tópico da Psicologia que apresenta várias definições onde umas se completam e outras se contrapõem, além de se observar também nestas definições diversas ambiguidades. Sabe-se, também, da dificuldade de planejar experimentos em Psicologia, pois seus tópicos, na maioria das vezes, não possibilitam ao investigador uma operacionalização clara para se obter a precisão desejada.

As relações entre a personalidade e as situações referidas podem ser estudadas em áreas diversas como na educação, economia, medicina, psicologia e sociologia. Nestas, considera-se sempre a personalidade como um determinante nas relações postuladas. Disso decorre que a conformação dos aspectos da personalidade que vão produzir uma caracterização

mais ou menos estável do indivíduo, estaria associada à dinâmica das relações interacionais do ambiente e do indivíduo, incluindo seu modo de produção, seu estilo de aprendizagem e de pensamento, maneira de adaptação, capacidade de resistência à frustração, utilização do seu dispositivo intelectual incluindo o modo de operação dos processos cognitivos.

A relação entre a disposição das características personalógicas e este último aspecto é o objeto do estudo pretendido, pois esta é uma questão que sempre esteve na mente dos educadores e psicólogos educacionais. Esta preocupação se deriva de observações concernentes a situações de aprendizagem onde se evidenciam diferenças significativas entre os indivíduos. Como explicar tais diferenças? Uma resposta poderia ser então conjecturada considerando, evidentemente, os tipos de personalidade, pois, é provável que estes tenham um papel importante na seleção do tipo de pensamento envolvido, na velocidade de uma reação desencadeada frente a uma estimulação externa, no modo de processamento da informação extraída do meio e, ainda, no modus operandi dos processos cognitivos. A esse respeito vale mencionar as contribuições de KAGAN e KOGAN (1975) sobre os aspectos diferenciados da cognição, decorrentes das interrelações indivíduo-ambiente no curso de seu processo evolutivo. O resultado final se reflete em termos das diferenças individuais evidenciando-se, portanto, em cada indivíduo um modo peculiar de operação cognitiva, responsável pelo grau de variação observado.

A maioria das pesquisas no campo da personalidade, tem incidido sobre dois tipos: introverso e extroverso (FARIAS, 1983). A razão é que se acredita estarem mais vinculados às situações de aprendizagem e, também, porque estes tipos revelam uma orientação de personalidade, no sentido objetivo ou subjetivo. Observa-se no introverso um predomínio do pensamento e do sentimento enquanto que no extroverso predominam as relações objetivas no que concer-

ne ao processo de tomada de decisões.

Em suma, pode-se admitir que o extrovertido é o tipo de personalidade que age sob o impulso do momento, caracterizando-se por extrema superficialidade e, uma vez tendendo para a agressividade, perde facilmente o controle emocional. No introvertido observa-se, ao contrário, em termos das operações cognitivas, um planejamento prévio de suas ações. Ao mesmo tempo se mostra calmo e mantém seus sentimentos sob rígido controle.

Face ao exposto, é pertinente postular uma relação diferenciada entre a conformação tipológica mencionada e as operações que se dão no intelecto, no sentido adaptativo e econômico.

Neste sentido, as proposições de EYSENCK (1974) a respeito da relação inversa entre a extroversão e a possibilidade de condicionamento, serão tomadas como suporte.

Como se pode observar numa análise comparativa, o processo de reatividade e de adaptação do extrovertido não é feita do mesmo modo que o do introvertido. Esta diferença conjecturada em termos de características personalógicas deve-se, também, a nosso ver à disposição e à organização hierárquica dos determinantes cognitivos bem como de seu modo de funcionamento.

Estudos levados a efeito por EYSENCK (1974), MARTIN EAVES e FULKER (1979), MILLER e GRIM (1979), e SHAPIRO e ALEXANDER (1969) forneceram sugestões sobre outro aspecto diferenciado entre estes tipos. Trata-se da facilidade com que estes tipos utilizam material concreto e abstrato. Sugeriram tais autores que o extrovertido é o indivíduo que apresenta melhor êxito quando em suas ações opera com material concreto. Assim, é possível que este tipo de personalidade utilize

mais o seu pensamento na sua vertente reprodutiva do que na sua vertente criativa, uma vez que para EYSENCK (1974) o extrovertido não é dado a abstrações.

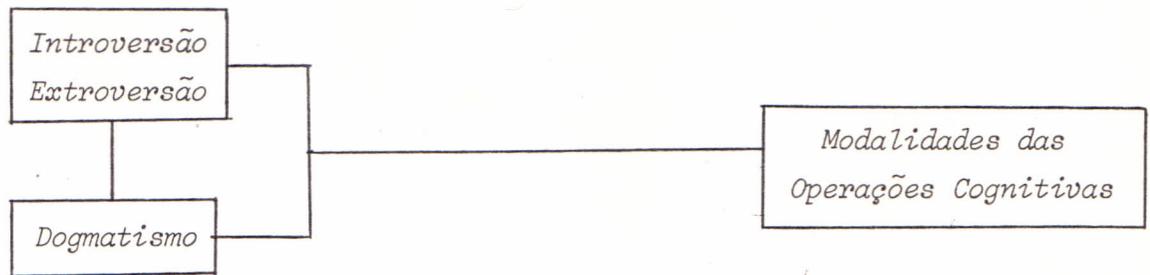
Baseando-se nestas proposições delinea-se neste estudo uma relação entre os tipos de personalidade e as modalidades características de operações que se realizam no intelecto. Postula-se, portanto, que o extrovertido é aquele indivíduo que deve apresentar uma facilidade maior na realização de tarefas na medida em que utiliza o pensamento reprodutivo, enquanto que o introvertido apresentaria facilidade em relação à utilização do pensamento criador, uma vez que tais tipos, ao contrário dos extrovertidos são, frequentemente, dados à abstração e à fluidez imaginativa conforme assinalaram SCOTT, OSGOOD e PETERSON (1979). Esta suposição foi referendada em estudos realizados por SEMINÉRIO (1968) sobre os dois modos de funcionamento cognitivo (ativo-criador e passivo-reprodutivo). Este autor tentou uma reformulação sobre a infra-estrutura sistêmica de cognição a partir dos trabalhos da vertente fatorialista de THURSTONE. Propôs então que o grupo de capacidades mentais primárias (fluência verbal, habilidade numérica e relações espaciais) caracteriza o lado passivo-reprodutor, o grupo de capacidades (raciocínio verbal, raciocínio abstrato e raciocínio mecânico) caracteriza o lado ativo-criador.

A hipótese pretendida neste estudo é a de que deve haver uma polarização dos extrovertidos na vertente passivo-reprodutiva, ou seja, as capacidades que compõem tal vertente devem estar mais especializadas em relação às capacidades da vertente ativo-criadora. Por outro lado, espera-se também encontrar o inverso desta situação nos indivíduos introvertidos.

Estas mesmas condições referentes à esfera cognitiva podem ser pensadas também em relação ao dogmatismo. Tal

característica se refere ao modo de funcionamento nas operações de extração de informações. Tem-se um contínuo que vai desde o indivíduo dogmático ou seja, aquele no qual se observa uma rigidez no modo de funcionamento dos modelos mentais, até o indivíduo não-dogmático, quer dizer, aquele que exprime uma flexibilidade de tal funcionamento. A esse respeito, HAMILTON (1957) observou uma outra relação em tais indivíduos. Trata-se da dificuldade de operar com informações ambíguas, maior nos indivíduos dogmáticos do que nos não-dogmáticos. Por esta razão, espera-se que os indivíduos dogmáticos sejam mais propensos a expressar operações cognitivas do tipo passivo-reprodutivo enquanto que os não-dogmáticos estariam mais familiarizados com as operações cognitivas do tipo ativo-criador. Ainda é plausível estabelecer uma relação entre os tipos mencionados, pois, segundo EYSENCK (1974) espera-se encontrar uma rigidez maior nos indivíduos extrovertidos do que nos introvertidos. Pressupõe-se que a forma última das operações dos processos cognitivos, seja ela voltada para os aspectos criativos ou reprodutivos, está determinada pela disposição da interação entre os diversos tipos de personalidade. Estudos levados a efeito em outras áreas chegaram a demonstrar esta influência, em outras relações, conforme assinalaram HAYLTON e ALTMAN (1967); LAZARUS (1967); LOVALLO e PISKIN (1980), MILLER e GRIM (1979) e MINTER e KIMBALL (1981).

No presente estudo delinea-se uma relação entre a organização dos fatores de personalidade considerando-se as dimensões extroversão τ introversão e dogmatismo e a conformação dos fatores específicos de inteligência. Acredita-se, que determinado tipo de personalidade tenha uma relação mais direta com a especificação de determinados fatores da esfera cognitiva, de acordo com o esquema seguinte:

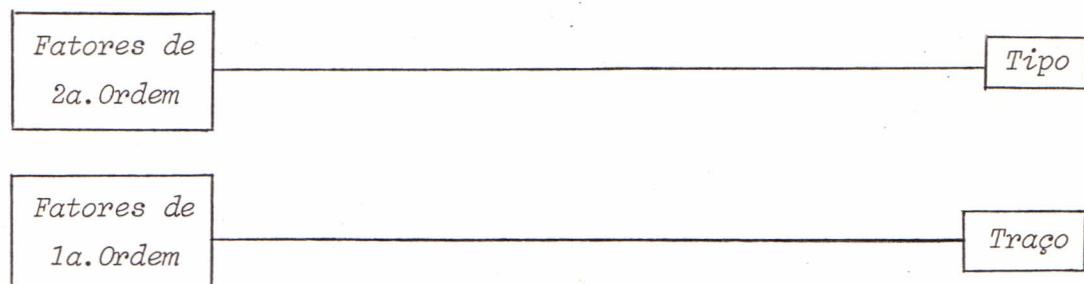


Na delimitação dos tipos de personalidade utilizar-se-á, parcialmente, as proposições de EYSENCK (1947) no que diz respeito à dimensão introversão-extroversão. As proposições metodológicas de CATTELL e EBER (s/d) servirão de modelo na observação empírica deste estudo, pois há uma analogia entre as teorias mencionadas pelo fato de se basearem na análise fatorial.

Acerca do dogmatismo considerar-se-ão as proposições tanto teóricas quanto metodológicas de ROKEACH (1961) e ROKEACH (1960).

Na análise sobre a infra-estrutura da dinâmica cognitiva lançar-se-á mão dos modelos teóricos da corrente fatorialista apresentados por SPEARMAN (1927) e THURSTONE (1938) em sua recente formulação e ampliação derivada dos trabalhos de SEMINÉRIO (1980).

O modelo teórico, suporte deste estudo é derivado das proposições de CATTELL (1950) e EYSENCK (1947) de acordo com a esquematização abaixo, oriunda dos trabalhos de análise fatorial sobre a personalidade, que deram origem ao modelo de organização hierárquica:



Tanto EYSENCK quanto CATTELL estabeleceram a existência de tipos como organização hierarquicamente superior, aos traços e em número menor que estes últimos, havendo possibilidade de um tipo estar relacionado com vários traços.

A outra vertente deriva-se das proposições de SEMINÉRIO (1980) sobre a caracterização do intelecto em termos de dois grupos de fatores: quantitativos - representados pela inteligência geral (G), memória (M) e atenção (P) e os fatores qualitativos - representados pela fluência verbal (W), raciocínio verbal (V), habilidade numérica (N), raciocínio abstrato (R), relações espaciais (Ss) e raciocínio mecânico (Sm).

Admitiu ainda SEMINÉRIO (1968) uma disposição dos fatores qualitativos em três áreas: verbal, abstrata e espacial, concebendo-os, de resto, como passivo-reprodutivo (W, N e Ss) e ativo criador (V, R e Sm).

Em primeiro lugar, será feita uma abordagem das dimensões de personalidade sob os tipos introversão, extroversão e dogmatismo considerando resultados experimentais e proposições anteriores.

Em segundo lugar, abordar-se-á a dinâmica do intelecto segundo os modelos teóricos de SPEARMANN (1927), THURSTONE (1938) e BUTCHER (1972) no que diz respeito à organização e diferenciação das capacidades cognitivas.

Em terceiro lugar, tentar-se-á, mediante procedimento experimental, verificar a influência e determinações dos tipos de personalidade propostas e a diferenciação das capacidades cognitivas consoante com o tipo de personalidade.

O objetivo é proceder uma análise das interrelações entre estes tipos quer de forma isolada quer em combinação e

suas influências no modo de funcionamento dos processos cognitivos.

De posse da análise dos resultados, apresenta-se as conclusões, considerando a relação postulada.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1.1. A EMERGÊNCIA DA PERSONALIDADE COMO CONSTRUCTO CIENTÍFICO

Hã várias maneiras de abordar a personalidade. Cada uma delas oferece uma versão diferente pois as relações estabelecidas em alguns casos dizem respeito a determinados processos psicológicos, enquanto que em outros tratam como centrais, determinados conceitos.

Assim, tem-se duas maneiras de caracterizá-la: enquanto relacionada a um dado processo psicológico e enquanto um mero conceito.

No que diz respeito às definições conceituais, nelas encontram-se as conotações populares onde diferentes significados são atribuídos de maneira convencional, embora estejam também neste grupo definições científicas tais como apontam ROTTER e HOCHREICH (1980) ao definir a personalidade como a forma atual de ajustamento, que o organismo efetua a par de suas necessidades internas e das exigências ambientais. Deste modo, a personalidade fica definida a partir do conceito de ajustamento.

Outra definição da mesma natureza é apresentada pelos teóricos da corrente inatista ao relacionarem a personalidade ao conceito de instinto. A referência aqui se faz a

TINBERGEN (1970) e a outros teóricos de etologia.

No outro grupo encontram-se teorias que delimitam um campo de estudo no qual a relação principal se faz a um dado processo psicológico como se observa nas abordagens que definem a personalidade em termos das estruturas do relacionamento social, das que consideram em suas definições as bases fisiológicas, das que enfatizam o componente instintual, das que salientam os processos resultantes de aprendizagens e das que apelam para as estruturas cognitivas, além de outras.

Serão tratadas, nesta parte, as abordagens baseadas nas estruturas cognitivas pelas quais são traçadas as diretrizes do presente estudo o qual pretende analisar as interferências recíprocas entre a estrutura cognitiva e a organização da personalidade.

As pesquisas neste campo são bastante recentes. A maioria delas apresentam como objetivo principal estabelecer procedimentos de mensuração das propriedades da estrutura cognitiva e de posse destas, analisá-las com referência às diferenças individuais. Em suma, o que se trata é compreender a estrutura como postulada por BINET com o nome de inteligência, em termos de sua expressão no comportamento individual.

Um fato surpreendente nos estudos realizados nos campos da personalidade e da cognição é que procederam de tradições diferentes e isto possivelmente dificultou encontrar as intrincadas relações nestes campos. Por um lado, as teorias de personalidade derivam-se do campo de experiência clínica no qual os sujeitos de observação eram pessoas consideradas como doentes ou desviantes. Por outro lado, os estudos na área cognitiva resultaram de pesquisas acadêmicas que utilizavam como sujeitos pessoas normais. Não obstante, as conclusões obtidas num campo e noutro, evidenciaram superposições em um inter-relacionamento que não é tão aparente.

A primeira tentativa para apresentar uma abordagem integrada nestes dois campos deve-se, segundo SCOTT, OSGOOD e PETERSOM (1979) aos teóricos da *New Look in Perception*, visto postularem que os traços de personalidade (especificamente as necessidades) influenciam a percepção pelo fato de interferir na avaliação das categorias interpretativas. Neste sentido, observa-se uma nova tomada de posição pois, ao invés de explicar esse mecanismo utilizando os processos sensoriais, os teóricos do *New Look* apontaram para a estrutura cognitiva onde interpretações, avaliações de experiências passadas se combinam para oferecer um novo arranjo dos mecanismos perceptuais. Aliás, essa idéia vem sendo desenvolvida com muito afinco pois, inúmeras pesquisas estão sendo levadas a efeito, conforme salienta REYNOLD - RIVIER (1970). Na linha de raciocínio desenvolvida por este autor, pode-se definir a personalidade como um sistema dinâmico que interatua como a esfera cognitiva e que está presente nas relações sociais.

Apesar da existência das várias definições de personalidade (HALL e LINDSEY 1973) atualmente parece haver um consenso dos teóricos no sentido de caracterizá-la como um sistema multivariado que apresenta aspectos cognitivos, afetivos e conativos. Esta tentativa já estava presente em FRANK (1948) quando apresentou sua definição de personalidade como uma maneira específica de organizar, interpretar toda experiência, de criar e manter um mundo simbólico de significados e valores, de suposições e expectativas que o indivíduo dirige a situações, a acontecimentos e pessoas. Esta definição apresenta uma certa analogia à caracterização de percepção feita por BRUNER (1964). Em sua concepção, a percepção define-se num ciclo de três etapas, onde a primeira seria a expectativa ou a formulação de uma hipótese, a segunda seria a extração das informações do ambiente e o processo interpretativo, resultando, posteriormente na terceira etapa que é a confirmação da hipótese formulada. Fica evidente que nestes procedimentos encontram-se entremeados fatores de influência de na

tureza cognitiva e social.

Sem sombra de dúvida, as definições de personalidade que consideram esta dinâmica enfatizam as estruturas cognitivas. No entanto, mesmo neste grupo subsistem definições que enfatizam mais o lado mental enquanto outras enfatizam mais o aspecto biológico, fazendo suscitar controvérsias e polêmicas. Estas dificuldades ainda resistem porque a personalidade não é tão facilmente definível em termos operacionais, ou seja, nem sempre numa investigação, há total certeza de que o instrumental conceptual utilizado na definição de personalidade circunscreva e a represente na realidade.

As teorias que até o presente momento ofereceram as melhores definições operacionais da personalidade são aquelas que segundo HAMILTON (1979) se baseiam na técnica da análise fatorial.

Além das dificuldades de definição, podem ser apontadas controvérsias que tem atualmente apenas interesse histórico. É o caso da classificação de WUNDT (1897), das diferenças individuais em termos de temperamento e emocionalidade. Como se sabe, WUNDT baseou-se nos tipos de personalidade propostos pelos filósofos da Grécia Antiga. Isto apenas ilustra a complexidade do campo em questão e a evolução que a mesma apresenta através dos tempos, num esforço contínuo dos pesquisadores para dar um cunho científico ao estudo da personalidade.

Uma análise do ponto de vista epistemológico das diversas definições de personalidade possibilita fazer um agrupamento das mesmas em duas categorias. Uma delas, é aquela onde as definições são baseadas nos aspectos objetivos. Para EYSENCK (1974) a definição de personalidade de WATSON estaria nesta categoria, pois concebeu a personalidade como o produto final de um sistema de hábitos.

Sem dúvida, as definições que enfatizam características externas, observáveis estão associadas com os conceitos provenientes da abordagem behaviorista e são nesse contexto, nomotéticas. Desse modo, entende-se a personalidade como um padrão momentâneo, articulado com o resultado final da integração dos sistemas de aprendizagem. Não se evidencia, nesta abordagem qualquer referência aos determinantes inatos que possam ter uma influência na determinação da personalidade. A outra categoria, se assenta no estudo de características subjetivas. Esta é a posição assumida por ALLPORT (1966) quando definiu a personalidade como uma "organização dinâmica no indivíduo dos sistemas psicológicos que determina sua forma peculiar de ajustamento ao ambiente" (p.48). Essa definição repousa em pressupostos tipicamente analíticos e, portanto, idiográficos.

Como se pode observar, na definição de ALLPORT a personalidade é vista como um sistema interno, em organização dinâmica, a serviço do ajustamento psicológico do indivíduo.

Nas duas categorias apresentadas o conceito de personalidade é considerado numa certa abrangência de modo a incluir os aspectos de interação indivíduo-ambiente. Neste caso, sendo a personalidade concebida como resultado de todos os padrões manifestos de comportamento entre os quais há alguma integração e carências, estes padrões são considerados facetas da totalidade.

A outra forma, além do ponto de vista epistemológico, é considerar a personalidade como o equipamento mental básico subjacente aos padrões manifestos de comportamento e que os aciona como se fosse uma máquina oculta, concebida, em última análise, como um conjunto de fatores causais.

EYSENCK (1967) parte da premissa de que as diferenças nessas abordagens são refletidas pelos sistemas de estu-

dos desenvolvidos na América do Norte e na Alemanha. Admite que mesmo aparentando ser antagônicas as abordagens são complementares, pois não há nenhum método científico para investigar as características internas que não utilize os aspectos manifestos, do mesmo modo, que qualquer explicação dos fenômenos manifestos deve supor a existência de fatores causais responsáveis por tais fenômenos.

Pode-se conceber, portanto, que o empenho de definir a personalidade a partir das características manifestas é, certamente, o mesmo processo empregado pelo leigo e pelo cientista. No entanto, a possibilidade de empregar cientificamente essas definições conduzem as investigações a impasses. Isto ocorre quando se exige uma precisão lógica e medidas quantitativas dos traços de personalidade.

De certo modo, a aplicação rígida desses princípios pelos teóricos do behaviorismo fez surgir situação bizarra, onde o indivíduo pode ser considerado não em termos de uma totalidade com partes diferenciadas, mas como várias facetas sem uma unidade, pois torna-se relevante a ação do indivíduo a cada tipo de estimulação. Assim sendo, a avaliação da personalidade neste sistema torna-se insustentável, na medida em que não se considere os aspectos da interação indivíduo-ambiente, segundo NUTTIN (1967).

Tem sido grande o número de objeções a essa concepção de personalidade, sendo o principal argumento contra a ênfase que se dá apenas aos aspectos manifestos.

Frente às objeções apresentadas, as teorias oriundas desta corrente, os estudiosos da personalidade viram-se obrigados a admitir a influência dos processos internos na determinação da conduta. Esses processos são reconhecidos cientificamente como variáveis intervenientes, que são a inteligência e a motivação, entre outras.

Conceber a existência de variáveis intervenientes , significa postular a existência de sistemas funcionais não diretamente observáveis, mas cujos efeitos evidenciam-se nas características manifestas.

ALLPORT (1966) fez um estudo intensivo das definições de personalidade e chegou à conclusão de que uma definição em termos de variáveis intervenientes seria a mais aceitável. Observou que uma definição nestes termos suplanta a maioria das dificuldades da perspectiva behaviorista, pelo fato de aceitar a natureza modificável da personalidade . Admitiu no entanto, que esta modificação decorreria mais do resultado dos aspectos inatos refletidos na organização dinâmica do que nas características manifestas.

É claro que ALLPORT não resolveu os impasses que existem no campo da personalidade, uma vez que seu próprio sistema também apresenta inconsistências. Uma delas reside no fato de que não fez nenhum esforço para incorporar em sua definição qualquer caracterização dos sistemas psicofísicos que foram por ele enfatizados. Sem dúvida, a definição de personalidade como um sistema interno de crenças, expectativas, desejos e valores tem numerosas vantagens, pelo menos no campo das investigações científicas.

Apesar desse avanço, EYSENCK (1969), ao conceituar a personalidade, não aceita integralmente as idéias de ALLPORT. Tenta, inicialmente, oferecer uma definição que resolva os impasses de ambas as categorias. Concebe a personalidade como uma organização integrada de todas as características cognitivas, afetivas, conativas e físicas do indivíduo , enquanto manifestas. Neste sentido, a personalidade fica caracterizada como a soma total de todos os padrões comportamentais reais ou potenciais do organismo determinados pela hereditariedade e pelo ambiente.

Tomando como base as idéias anteriores, pode-se supor que a origem e desenvolvimento da personalidade deve-se à interação funcional dos quatro setores nos quais os aspectos do comportamento são organizados: a esfera cognitiva - inteligência; a esfera conativa - o caráter; a esfera afetiva - o temperamento, e a esfera somática - a constituição.

Para o objetivo deste estudo será adotada a definição de HAMILTON (1979), que caracteriza a personalidade como um conjunto de estruturas e processos consistentes, modificáveis, vulneráveis e suscetíveis às demandas ambientais. Estas estruturas não são da mesma espécie que os hábitos complexos, pois é delas que dependem todos os dispositivos para ação e até para a formação da cadeia de hábitos.

Em suma, o estudo científico da personalidade iniciou-se nas concepções populares a partir das características manifestas. Mas tal estudo mostrou-se tão complexo que esse critério revelou-se ser uma forma simplista de abordar o problema. Não resta dúvida de que a personalidade, em sua expressão última de formalização, pode ser descrita em termos de traços, tipos e, naturalmente, tratada como um todo.

2.1.2. A UTILIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE TRAÇO E DE TIPO NA DEFINIÇÃO DA PERSONALIDADE

Na descrição da personalidade os termos traço e tipo são geralmente empregados como fundamentos básicos para qualquer definição.

A partir da utilização desses conceitos, o estudo da personalidade pode ser analisado em três vertentes: a primeira, considera o conceito de traço, supondo a possibilidade de distribuição normal em termos da característica mensura-

da; a segunda, que considera o tipo e que tem como suporte uma distribuição bimodal. Nesta vertente, as pessoas são classificadas em dois grupos, enquanto que na teoria do traço é assumida uma continuidade gradativa.

A terceira vertente é aquela onde as teorias consideram em suas definições, tanto o conceito de traços quanto o conceito de tipos. Neste sentido assume-se que os verdadeiros tipos de personalidade consistem de interconexões entre traços.

Esta visão foi criticada por STAGNER (1961) pois as definições da teoria do tipo concebem a conexão entre traços como habitual e não necessária. Desse modo, o valor dessas interconexões não é tão significativo. Foi STAGNER na realidade, quem se dedicou profundamente ao assunto.

A princípio, caracteriza-se o traço e seu lugar nas teorias da personalidade, pois muitos dos teóricos utilizam tal conceito em suas definições.

Para STAGNER (1961), qualquer estrutura de personalidade desde a menor forma de organização possível, isto é, com núcleos mais atrofiados, até a organização mais complexa não pode ser analisada como um conjunto aleatório de percepções, emoções, estado de humor e padrão de resposta. Existem certas fontes de uniformidade na personalidade que dizem respeito à consistência do indivíduo sobre seu modo de perceber, sua postura e seus padrões de respostas fisiológicas. Esses componentes, por outro lado, nada informam sobre a categorização do estímulo, dos objetos da emoção, das metas pretendidas e das aspirações do indivíduo.

A partir dessa formulação, temos de considerar os padrões organizados na personalidade, os quais estão relacionados com o seu conteúdo. É neste sentido que o termo traço

é empregado, revelando uma característica consistente da personalidade que apresenta aspectos emocionais ou ideacionais.

No entanto, existem outras acepções para o termo traço. Conforme definido no parágrafo anterior, pode ser visto como uma sub-categoria do temperamento. Outra forma de analisar o traço é considerá-lo em termos de possuir uma unidade funcional. O traço pode, ainda ser visto como uma abstração; neste caso, considera-se como algo não diretamente observável, sendo apenas observáveis seus indicadores específicos. É a partir desses indicadores que se procede a generalização.

Outra interpretação dos traços e que é objeto de grande controvérsia, é considerá-lo como estado mental elaborado, quer dizer, como uma predisposição para responder a qualquer variedade de situações, de uma forma consistente.

Em qualquer modalidade de abordagem é possível considerar uma ampla variedade de traços. Essa questão revela-se sobretudo complicada quando se pretende fazer uma mensuração, pois neste caso o instrumento deve dispor de uma ampla abrangência para dar conta de todos os traços. Essa é a idéia defendida por CATTELL (1975) e que, de certo modo, já estaria presente nas proposições de ALLPORT (1966).

Os resultados das investigações experimentais até o presente momento, não têm possibilitado aos investigadores, selecionar certos traços como presentes na maioria das pessoas de um dado espaço cultural.

Já em 1961 STAGNER fizera uma sistematização dos traços em duas categorias. Agrupou o conjunto de traços diretamente observáveis, isto é, aqueles que decorrem dos contatos interpessoais e aqueles obtidos em resultados de instrumentos psicológicos. A essa categoria denominou de traços superficiais o que corresponderá, numa linguagem dinâmica, a tra-

ços manifestos. Esses, em conjunto, dariam uma informação da personalidade correspondente à idéia que se tem de máscara, persona ou de falso-*self* (LAING, 1973). São mais suscetíveis a modificações a partir de pressões ambientais, por se caracterizarem por uma vulnerabilidade acentuada. Os traços que CATTELL (1975) sugere como exemplo dos traços superficiais são: alegria, disposição e irritação.

Aceitar esses traços como superficiais significa, portanto, considerar a existência de um outro grupo que reúne traços que são as estruturas subjacentes, ou seja, latentes, os quais não se expressam diretamente, mas que são responsáveis de certo modo pelo aparecimento dos traços superficiais. Estes foram denominados por CATTELL (1975) como traços de fonte e que, no procedimento de análise fatorial, correspondem aos fatores de primeira ordem. Do mesmo modo que os traços superficiais, os traços de fonte podem ser comuns e simples.

Os principais traços de fonte analisados por CATTELL (1975) são: ciclotomia, força do ego, excitabilidade, dominância e força do superego entre outros.

Essa classificação em categorias nos remete ao problema quanto à origem dos traços e sua relação na determinação do comportamento. A princípio, temos que fazer uma advertência: os traços não são a causa do comportamento. Como causa para o comportamento sabe-se que há uma confluência bem mais ampla de fatores que incluem a sequência de experiências aprendidas, desde a infância até a adolescência. Esta sequência, como sabemos, se inscreve no patrimônio hereditário do indivíduo e pode, conforme a opinião de alguns investigadores como SAHAKIAN (1965), produzir modificações num arranjo sistêmico através de mecanismos de *feedback*, para resultar em padrões consistentes. Desse modo, o traço é meramente uma forma de descrever a pessoa no modo em que manifesta a consistência que o caracteriza.

STAGNER (1961) considerando essas premissas, admite que

as unidades específicas de percepção e o padrão de resposta tornam-se organizados em sistemas que correspondem aos traços, seja com referência ao temperamento, às atitudes, à nutrição, como aos vínculos sociais.

A interpretação de DIGGINS e HUBER (1976) para o problema é bastante criticável, ao considerarem o traço como contendo aspectos mágicos. Já os teóricos da aprendizagem social, entre eles, BANDURA (1979), deixam entrever, em seu posicionamento, a inutilidade dos traços enquanto conceito, na medida em que questionam a aceitabilidade destes como relativamente estáveis e como exibindo seus efeitos gerais no comportamento, na maioria das situações.

Resta salientar que neste caso, o que é objeto de crítica, não é o conceito de traço em si mas a definição de personalidade que o apóia como tendo uma certa consistência no comportamento.

Sem dúvida, muitos teóricos sustentam a tese da consistência como um aspecto básico da personalidade, mas para os defensores dos fundamentos da aprendizagem social, é possível que a personalidade definida nestes termos nada mais represente do que uma simples abstração, ou seja, teria valor de um mito.

O argumento por eles apresentado é o seguinte: se a tarefa do cientista é examinar o comportamento, então deve admitir a possibilidade de melhor predição a partir do conhecimento dos aspectos da situação que envolvem o indivíduo, ao invés de se deter no conhecimento das características intrínsecas. Salientam, pois, que o comportamento deve ser considerado numa relação específica à situação. É neste sentido que o argumento de MISCHEL (1973) é válido. Tal autor critica o emprego da maioria dos questionários para medir traço, pois fornecem apenas informações sobre tendências gerais e vagas.

Em suma, se o traço for considerado como predominantemente relacionado aos sistemas de "entrada" - processo perceptivo - ou aos sistemas de "saída" - padrões de resposta, fica claro, que surge das experiências específicas e é, gradualmente, inserido em sistemas consistentes e organizados. Desse modo, assume-se que os traços envolvem esquemas de referências para julgar o tipo de situação que uma pessoa deseja se aproximar ou evitar; o tipo de ação que caracteriza essa situação e suas relações com as experiências passadas.

Numa abordagem mais ampla, pode-se admitir que os traços envolvem hábitos de expressão emocional (e a referência aqui é a DARWIN em 1936) além de padrões comportamentais em certas categorias da situação. Embora os traços não se desenvolvam diretamente de qualquer experiência perceptual ou estilo de resposta, determinariam generalidades que são fundamentais para o desenvolvimento de padrões consistentes.

Feita essa exposição sobre os traços, aborda-se a seguir as definições que utilizam o tipo. Este conceito, apesar de ser mais utilizado em pesquisas, é mais controvertido do que o conceito de traço. Isto porque reconhece-se um tipo como apresentando dificuldades no que se refere ao processo de isolar as características que o torna diferente de outros. Na prática, os tipos são sempre dicotômicos, ao contrário dos traços que podem ser analisados em termos de um contínuo quantitativo.

Com relação à teoria da personalidade, sugere STAGNER (1961) que para definir o tipo é necessário demonstrar que certas regras de personalidade pertencem a um tipo e são, a partir daí, inaplicáveis a pessoas pertencentes a outro tipo. Ainda é relevante demonstrar que diferenças na qualidade ou padrão não redutíveis a escalas dimensionais, podem ser identificadas como distintivas de cada tipo.

Uma importância fundamental reside no emprego prático

dos tipos, pois há uma significância de resultados que variam de acordo com o modo pelo qual são observados a partir de resultados experimentais. Devido a impasses na concepção dos tipos, muitos psicólogos não o utilizam em suas investigações. Isto é o que ocorre principalmente com as teorias oriundas da América do Norte. O mesmo não ocorre nos meios científicos europeus. As teorias tipológicas geralmente fornecem uma dimensão que se desdobra nos seus extremos. Mas mesmo assim entre alguns teóricos, subsistem inconsistências no conceito de tipo. Sugerem a utilização de medidas adequadas para descobrir certas combinações que ocorrem naturalmente ao invés de se deterem a uma simples dimensão. Neste caso, releva-se a idéia de que os tipos de distribuição em num modelo bimodal e não num modelo de curva normal.

Atualmente, EYSENCK interessado na investigação sobre os tipos, chegou a conclusões contrárias às que defendem a utilização do modelo da curva normal (SAHAKIAN, 1974). Sua concepção de tipos é baseada em quatro níveis: num nível mais inferior ter-se-iam estruturas que caracterizam o tipo. Subordinadas a estas, tem-se as estruturas relacionadas ao traço, que comportam o nível habitual de respostas, ou seja, tem relação com a formação de hábito e, por fim, tem-se o nível específico de respostas. Como se pode observar, trata-se de um modelo hierárquico no qual o tipo aparece como uma organização mais antiga e mais consistente e desse modo, mais difícil de ser modificado. Essas proposições teriam uma analogia com o modelo neurofisiológico de H. JACKSON, conforme salientou LURIA (1981).

A proposição de EYSENCK (1974) é que os níveis específicos da resposta formam os hábitos enquanto unidade funcional. Desse modo, os hábitos se organizariam para formar um traço.

Esse mesmo raciocínio não pode ser empregado na definição dos tipos, embora haja teorias que aceitem a tese de que são os hábitos que formam os tipos. O que EYSENCK tem em mente é a possibilidade de que determinadas conclusões positivas entre um

conjunto de traços reclama um determinado tipo. Desse modo, esse uso do conceito de tipo, parece nada esclarecer sobre os pontos obscuros da teoria, mas se os tipos de EYSENCK - introversão e extroversão se referem a padrões consistentes de respostas observadas num contínuo, então, neste caso, o uso do termo tipo é adequado e apropriado. Assim sendo, a utilização do termo tipo dá continuidade a uma questão polêmica.

É no campo metodológico que essas inconsistências encontram, possivelmente, uma solução, pois as definições operacionais de tipo envolvem o resultado elevado do indivíduo em vários traços. Fica, desse modo, feita a distinção entre as definições sobre o tipo, provindas do campo metodológico e aquelas que são apenas deduzidas. É neste sentido que o conceito de tipo é válido, ou seja, como a combinação de vários traços.

Na opinião de STAGNER (1961), EYSENCK já teria se apercebido dessa implicação ao postular que deve haver uma conexão necessária entre o conjunto de traços que reúne num tipo. As primeiras formulações da teoria eysenckiana, baseadas nas proposições de PAVLOV, centram-se sobre os processos de inibição no córtex cerebral como sendo o aspecto relevante da explicação sobre a organização dos tipos. Neste caso, fica patente que a diferença observada nas pessoas deve-se à velocidade de dissipamento da inibição reativa, o que resultará em dois tipos de indivíduos extrovertido e introvertido definidos de acordo com a tese mencionada. De resto, para EYSENCK os tipos são as dimensões mais importantes da personalidade. Na opinião de DIGGINS e HUBER (1976), a crença de EYSENCK era de que os aspectos mais importantes da personalidade podem ser agrupadas em três categorias, que revelam três facetas de pessoa, ou seja, é relevante verificar se a pessoa é emocionalmente estável ou neurótica: psicótica ou voltada para a realidade e introvertida ou extrovertida. Assim sendo, as descrições de EYSENCK enfatizam sempre o agrupamento de traços na definição dos tipos.

À guisa de conclusão, pode se conceber os tipos em termos de uma dominância de certas características do indivíduo. Os tipos são úteis nos esquemas de investigação por servirem como pontos de referência para o trabalho do controle em "termos de definições operacionais" para, então, compreender a personalidade tanto em termos dos aspectos individuais quanto em termos das relações vinculares, ou seja, das interrelações.

2.1.3. SOBRE A DIFERENCIAÇÃO DOS TIPOS DE PERSONALIDADE

2.1.3.1. A Dimensão Extroversão - Introversão

É a opinião da maioria dos teóricos da personalidade, que a mesma não está acabada por ocasião do nascimento. Em muitos campos defende-se a tese de que existem aspectos inatos da personalidade, mas, evidentemente, a personalidade não se define apenas por tais aspectos, uma vez que o homem é um ser bio-psico-social e expressa, em sua conduta, as influências do ambiente físico, da estrutura social, além de suas potencialidades genéticas.

Desse modo, pode-se entender a personalidade como um sistema de interações complexo que, uma vez organizado, conforma uma *gestalt* mantendo uma analogia com o postulado de que "o todo é mais que a soma das partes". Isto quer dizer que uma análise científica e abrangente de personalidade não pode se deter meramente em suas características, mas considerar a complexidade do sistema organizado por estas tanto duráveis quanto as mutáveis. Depara-se aqui com uma problemática que está além do estudo dessas características.

Para tornar o exposto mais claro, faz-se necessário uma analogia bastante ingênua mas que se acredita útil aos propósitos deste estudo. Trata-se da possibilidade de analisar personalidade comparativamente à análise que se pode fazer com respeito à molécula de água. Esta é a tentativa de HAMILTON (1979) ao

descrever a personalidade em termos de hábitos-traços-tipos e motivos valendo-se da descrição da molécula d'água em seus elementos: hidrogênio e oxigênio.

Sem dúvida, essas duas organizações são bastante diferentes não por ser uma molécula d'água e a personalidade mas pela existência de fatores intrínsecos. No que concerne à molécula d'água pode se falar de forças intermoleculares, mas acerca da personalidade é conveniente ressaltar sua disposição em termos de organização hierárquica desde as grandes dimensões até os tipos. Neste sentido, deixa-se entrever uma dinâmica com vários níveis de funcionamento, onde níveis e organização mais profundos e evidentemente não observados diretamente, contribuem para a expressão das características diretamente observáveis, devendo haver, também, níveis de organização intermediários. É a expressão desses processos intervenientes que se observa a nível manifesto nos aspectos da resposta dos organismos.

Faz-se necessário tornar evidente um aspecto bastante significativo aos níveis mencionados. É provável que neles haja processos simples e processos complexos. Assim, cada nível pode ser analisado como uma dinâmica interacional que envolve a atividade de aspectos de funcionamento bastante elementar até aqueles dotados de grande plasticidade no seu funcionamento. Assim, a conduta observada do indivíduo revela-se como resultado das influências das organizações desses níveis entre si e da combinação possível entre eles, onde intervêm também o contexto social. Fica evidente, então, um conjunto de operações que devem ser desencadeadas em termos de expressão de um aspecto comportamental.

Acredita-se que estas operações recebem influência e influenciam o modo de organização dos processos cognitivos pois sabe-se, com LAZARUS (1966), que uma dada conduta só é desencadeada mediante uma avaliação dos aspectos de configuração estimuladora. A maneira em que esta resposta se evidencia, é, sem dú

vida, determinada pelos fatores de personalidade. Tem-se aí, então, o resultado da interação entre fatores de personalidade e atividade cognitiva na consecução de um dado padrão de comportamento.

Face ao exposto, utiliza-se para suporte das hipóteses deste estudo a concepção de personalidade de HAMILTON (1979). Tal autor concebe a personalidade como "um sistema multivariado, hierarquicamente organizado revelando-se na organização da dinâmica das respostas e tendo, naturalmente, uma base psíco-social" (p.69).

Como já foi mencionado, a descrição da personalidade em traços e tipos deixa entrever uma diversidade dos modos de operação, pois é provável que cada tipo atue de forma bastante específica no processo de extração de informações valendo-se, naturalmente, de seus dispositivos cognitivos diferenciados para tal fim. Por esta razão, as formulações de EYSENCK (1974) e CATTELL (1975) serão consideradas neste estudo, tanto pela compatibilidade com as formulações de HAMILTON (1979) quanto para servir de suporte ao instrumental escolhido no presente estudo.

No que concerne às teorias mencionadas, sabe-se que as mesmas supõem a existência de características latentes, traços e tipos. Tais características respondem pelos aspectos manifestos do comportamento. Ainda assim, as inúmeras pesquisas realizadas utilizando a definição de personalidade destas teorias, constitui-se como um argumento convincente para sua escolha na parte empírica deste estudo. Acrescente-se que as formulações de SPEARMANN e THURSTONE utilizadas no campo de inteligência guardam também uma semelhança com as teorias mencionadas.

Ainda com respeito à personalidade, vale assinalar que a mesma dispõe de características consistentes mas também vulneráveis, susceptíveis e modificáveis às demandas situacionais. É de se esperar que cada conjunto dessas características tenha uma

dinâmica própria e esteja vinculada a distintos sistemas do organismo desde o biológico até o mental considerado segundo HAMILTON (1979), como a expressão da especificação humana na sua diferenciação qualitativa de conformação cerebral em termos evolutivos. O suporte teórico para essa explicação, considerando os processos mentais superiores, deriva-se das formulações e concepções neurofisiológicas de LURIA (1981). Neste caso, pode-se supor que frente a uma dada configuração estimuladora se desencadeie o processamento de uma organização das características da personalidade que respondem, em última instância, por uma atividade cognitiva relacionada a este processo desencadeador.

Considerando-se que para esta organização contribuem a determinação das características consistentes e permanentes que resultam nos tipos e nos traços pode-se esperar, naturalmente, padrões de respostas que possam refleti-las.

Assim, conjectura-se que a conformação dos traços e tipos não é um aspecto isolado ao tipo de funcionamento na esfera cognitiva, donde se espera que dado tipo ou traço de personalidade revele uma concordância com um modo específico de operação cognitiva.

E, então, pertinente aqui estabelecer a diferença entre traço e tipo de personalidade, tanto considerando as proposições de EYSENCK quanto tendo em vista os trabalhos de CATTELL pois apesar de ambas as teorias terem como fundamento básico a análise fatorial, apresentam pontos também peculiares. Inicialmente, far-se-á referência às contribuições de EYSENCK, apenas por questão didática e, a seguir, serão tratadas as proposições de CATTELL.

A partir de uma série de experimentos realizados, EYSENCK (1953) apresentou um modelo técnico descritivo de personalidade onde a mesma fica caracterizada como um sistema de categorias hierarquizadas, relacionadas em duas grandes dimensões :

o neuroticismo e a introversão-extroversão. EYSENCK e EYSENCK (1969), em estudos posteriores, confirmaram a existência das dimensões explicitadas. Não obstante, numa investigação posterior, EYSENCK (1974) encontra subsídios para reformular o modelo existente vindo a conceber uma terceira dimensão: o psicoticismo. São, pois, estas três dimensões que compõem a personalidade. Na teoria de EYSENCK correspondem a fatores gerais ou universais, que se revelam nos quatro tipos básicos postulados: psicótico, neurótico, introvertido e extrovertido.

O tipo, para EYSENCK (1974), define-se como um conglomerado de traços exibindo propriedades delimitadoras e distintas em relação aos outros tipos.

STAGNER (1961) compreende o tipo como uma generalidade na medida em que nele está incluído o traço, quer dizer, o tipo vem a ser uma organização de complexidade e abrangência maior que o traço, sendo naturalmente a este último hierarquicamente superior.

O traço de formação eysenckiana corresponde a uma constelação de tendências à ação, sendo resultado final, o tipo. A analogia à formulação de STAGNER é aqui, também, pertinente, pois tal autor caracteriza o traço como revelando aspectos emocionais e ideacionais, quer dizer, um padrão de comportamento.

Devido à abrangência que estes tipos assumem em pesquisas que são levadas a efeito desde a educação até a psicopatologia, torna-se quase que impossível um estudo que possa tratá-los conjuntamente de modo a abarcar todas as suas confluências e possíveis influências. Este estudo detém-se apenas nos tipos introvertidos e extrovertidos, em razão de os resultados de investigações evidenciarem uma possível direção entre a organização destes tipos e o *modus operandi* dos processos cognitivos. Sem dúvida, existem estudos desses tipos em outras áreas. Considerando resultados experimentais e formulações teóricas,

HAMILTON (1979) e MISCHEL (1973) apontam a existência de suposição por nós pretendida, evidenciando-se a possibilidade de explicação de intrincada relação entre a personalidade e a cognição.

Outros dois tipos serão também considerados fora do escopo da teoria de EYSENCK: dogmático e não dogmático. Estes serão abordados posteriormente.

Retomando o estudo dos tipos introvertidos e extrovertidos, observa-se que para EYSENCK (1974), tanto a extroversão quanto a introversão se compõem dos mesmos traços. No entanto, subsiste um aspecto diferencial nestes tipos que se revela na intensidade dos traços observados nos indivíduos. Então, um indivíduo que apresente resultados elevados nos traços de persistência, timidez, pontualidade, subjetividade e rigidez caracteriza-se para EYSENCK (1953) como do tipo introvertido. De maneira oposta, tem-se o tipo extrovertido.

A exposição de CATTELL (1975) embora fundamentada na teoria fatorial, emprega um método distinto daquele empregado por EYSENCK.

CATTELL descreve a personalidade em dezesseis fatores primários equivalentes aos traços na concepção eysenckiana e quatro fatores secundários que mantêm uma correlação com os tipos. Segundo a opinião de PECK e WHITTOW (1976), um desses quatro fatores, de natureza bipolar revela uma certa correspondência com a dimensão de EYSENCK (introversão-extroversão). Considerando esta correspondência, acredita-se ser válida a utilização do instrumento de CATTELL, uma vez que o MPI de EYSENCK não se encontra adaptado para o Brasil. Por outro lado, também serão utilizados as medidas relacionadas ao fator introversão-extroversão.

No que concerne a CATTELL, os quatro fatores secundá—

rios hipotetizados são: ansiedade, exvia - envia, brandura-emocional - aprumo-vivaz e rejeição-independência. A suposta correspondência entre estes fatores secundários e os tipos de EYSENCK dá-se da seguinte forma: o fator ansiedade tem analogia ao fator neuroticismo e o fator exvia-envia mantém uma correspondência com o fator extroversão-introversão.

Como se pode observar, ambas as teorias apresentam uma analogia, ou seja, tanto no tipo de EYSENCK quanto no fator de CATTELL foi subentendida a existência de fatores primários.

No escopo da teoria de CATTELL será considerado apenas o fator exvia-envia, que pode ser observado no desdobramento dos seguintes fatores primários: esquizotimia-ciclotimia, submissão-dominância, timidez-espontaneidade, prudência-impulsividade e dependência do grupo-autosuficiência. Esta é uma das analogias mencionadas. Não obstante outra analogia também pode ser encontrada no que diz respeito ao procedimento empregado por CATTELL na caracterização de um indivíduo como introvertido ou como extrovertido. CATTELL emprega o mesmo processo utilizado por EYSENCK, quer dizer, a caracterização do indivíduo depende, em última instância, da intensidade dos resultados observados nos fatores primários: quanto mais elevados forem tais resultados, mais tem-se as condições que caracterizam o tipo extrovertido.

Existe uma série de estudos experimentais que utilizam estes tipos como uma provável influência a determinadas situações. A princípio, tratar-se-á aqui de alguns resultados experimentais que, embora fora do âmbito deste estudo, revelam-se válidos na medida em que nos dão subsídios para circunscrever os aspectos delimitadores da nossa suposição.

Estudo sobre os tipos dependente e independente levados a efeito por BOECHENED e ZAVISKA (1975), MILLER e GRIM (1979) na análise dos resultados de suas investigações teceram considerações sugestivas de que o indivíduo no qual se especializa o ti

po de personalidade dependente estaria mais suscetível a um número maior de doenças. Como se pode observar, esta conclusão, embora esteja fora dos nossos objetivos, nos é útil pois se existe tal relação entre a personalidade e uma predisposição à doença, provavelmente deve existir também uma relação, no mesmo sentido, entre a personalidade e o *modus operandi* dos processos cognitivos, na medida em que a justificativa dada às conclusões encontradas nos experimentos mencionados se atrela aos dois campos da personalidade e da cognição.

Trata-se, então, de um aspecto denominado na psicanálise como força do ego, tomando como explicação possível para que o tipo de personalidade dependente se suscetibilize mais à doença por apresentar um ego pouco amadurecido e precariamente estruturado, conforme assinala RAPPAPORT (1982). Acredita-se, também, que deve haver um modo de processamento das operações cognitivas peculiar a esta estrutura de ego.

A interpretação fornecida por LAZARUS (1967) coaduna-se com as hipóteses estabelecidas no âmbito da cognição. Para tal autor, a personalidade do tipo dependente dificulta (devido à criação de mecanismos pouco adaptativos) a extração de informações do meio e seu processamento subsequente de modo adequado.

Ainda nesta linha de raciocínio, outras relações são igualmente importantes. GARRITY SOMES e MARX (1977) postularam que o conjunto das condições necessárias às mudanças frente a uma situação nova, estão diretamente relacionadas aos aspectos conformadores da personalidade além do processo de resolução formulado por FESTINGER (1957) como dissonância cognitiva. Neste sentido, estabeleceram que características personalógicas como o conformismo e a dependência, devem tornar-se presentes em situações de mudanças promovendo uma dupla inibição. Por um lado, inibe a expressão de outras características de personalidade e, por outro, a efetividade do comportamento. Espera-se, assim, que nestas condições seja disparado um modo de funcionamento cogni-

tivo bastante elementar, com eficiência reduzida, promovendo, as sim, o aparecimento de condições desadaptativas.

Face ao exposto, é cabível, então, postular níveis de funcionamento de personalidade bem como dos processos cognitivos simples e complexos, rudimentares e sofisticados.

A ativação de um desses níveis ou de vários combinados no caso da personalidade, resultaria na caracterização de um ti po e no caso de cognição, resultaria na diferenciação de um modo peculiar de operação.

Outra determinação que é também básica no resultado fi nal dessas características diz respeito aos aspectos internalizados do ambiente social que, uma vez interagindo com sua estru tura de personalidade, reflete, também, de maneira indireta no modo de funcionamento dos processos cognitivos. Estes aspectos teriam expressão duradoura ou efêmera na vida do indivíduo. A partir daí fica consignado o tipo de interação do indivíduo com o meio ambiente através das relações interpessoais típicas desenvolvidas.

Não obstante, quando os padrões internalizados não pas sem por uma mudança (tornam-se mais flexíveis) de modo a acompanhar as alterações do meio ambiente em situações como escola, trabalho e o lazer, é possível que desenvolva padrões não adaptativos, pois, seus esquemas cognitivos estariam operando de um modo adverso às informações recebidas. Neste caso, é provável que estes indivíduos apresentem um modo de operação cognitivo de funcionamento mais lento.

Ainda no tocante a resultados experimentais, vale destacar as conclusões de LOVALLO e PISHKIN (1980) sobre a correla ção encontrada entre o tipo de personalidade extrovertido, o au to-envolvimento e baixo nível de ativação.

Para esses autores, devido a essas características , tais indivíduos estariam mais propensos a apresentar perturbações cardio-vasculares. Isto se explicaria pelo fato de que tais indivíduos exibem um modo de operação lenta em termos do processamento de informação. Desse modo, seu grau de adaptabilidade seria então reduzido.

Esse mesmo tipo de estudo foi realizado por EYSENCK (1955a). A tese central proposta por EYSENCK diz respeito à relação entre os tipos de personalidade e o aparecimento de determinadas doenças. Inicialmente, EYSENCK concluiu que os indivíduos ansiosos são mais introvertidos do que os indivíduos normais. Esta conclusão nos aponta uma relação possível com respeito aos indivíduos introvertidos. Trata-se do alto nível de ativação apresentado por estes indivíduos e com isso acredita-se , ser possível uma dinâmica cognitiva caracterizada pela flexibilidade.

Em seus estudos, EYSENCK tenta fazer reformulações em sua teoria e para isto retoma as hipóteses pavlovianas sobre os potenciais de excitação e inibição. Para isto já teria admitido em 1955b, que no desenvolvimento destes dois potenciais surgem diferenças significativas que se refletem na estrutura da personalidade e na maneira pela qual os processos cognitivos funcionam. Considerando essas suposições, EYSENCK, baseado em seus resultados experimentais, estabeleceu que nos indivíduos onde a inibição reativa é forte e se produz de maneira rápida, ter-se-ia como consequência o desenvolvimento de padrões extrovertidos. Isto resulta numa dificuldade na fixação de hábitos por esses indivíduos devido ao dissipamento lento decorrente de inibição reativa forte.

O processo oposto ocorreria nos indivíduos em que a inibição reativa sendo lenta produz um dissipamento rápido. Isto facilitaria a fixação de hábitos. Tomando estas conclusões ao pé da letra, EYSENCK estabeleceu uma correlação entre a extroversão

8803031/88

R604615 ✓

e o condicionamento admitindo que, a uma maior elevação de extroversão corresponde uma menor possibilidade de condicionamento, conclusão também obtida por FRANKS (1957).

O trabalho de SHAPIRO e ALEXANDER (1969) realizado com o TAT revelou resultados a partir dos quais foram estabelecidas conclusões que se aproximam dos nossos objetivos. Tais autores analisaram histórias relatadas por sujeitos a partir de apresentação de lâminas projetivas, e concluíram que nas histórias dos indivíduos introvertidos o grau de dificuldade das resoluções, era bem menor em relação às histórias dos extrovertidos. Observaram, também, que os personagens criados pelos indivíduos introvertidos apresentavam-se mais ativos do que aqueles das histórias dos indivíduos extrovertidos, dotados de grande passividade.

Isto ao nosso ver, é consoante com a idéia de que tais características não se refletem devido à distinção da personalidade mencionada mas, também, a um padrão típico do funcionamento cognitivo.

Uma crítica dirigida a EYSENCK é apresentada por HAMILTON (1959), ao afirmar que as conclusões a que EYSENCK chegou sobre a relação entre a ansiedade e a extroversão, tomando como suporte os processos de inibição e excitação cortical estariam desprovidos de validade, pois EYSENCK em sua abordagem reducionista não considerou outras influências que se derivam do funcionamento bio-psicológico. É relevante observar que nesta crítica, HAMILTON já deixa entrever a influência dos determinantes cognitivos na relação da pessoa com o ambiente além das influências da estrutura de personalidade.

O que HAMILTON propõe é a existência de outros determinantes além dos fisiológicos que é defendida por ele, em 1979, como a influência da atividade cognitiva e, por SELS (1970), como a influência dos fatores psico-sociais. Sobre estes últimos

fatores também são relevantes as contribuições de LEVI e ANDERSON (1975).

Como argumento convincente às duas formulações, HAMILTON (1979) postula que a principal influência na interação de pessoa com o ambiente diz respeito mais à determinação das atividades cognitivas do que propriamente ao substrato neuro-fisiológico. Neste caso, considera-se evidentemente, que a personalidade tem, nesta interação, uma influência parcial ficando a outra parte a cargo dos determinantes cognitivos.

2.1.3.2. A Dimensão Dogmatismo

Na sessão anterior, explicitou-se uma série de estudos onde ficou evidente a possibilidade de uma diferenciação dos tipos de personalidade e os efeitos observados devido a essa diferenciação. Tratou-se da dimensão entroversão-introversão. A seguir, serão abordados alguns pontos acerca do dogmatismo que se constitui como fundamento ao nosso estudo.

É provável que o dogmatismo (definido como sistema de crenças que ocupa um contínuo de extremos opostos) exerça alguma influência na interação sujeito-ambiente, pelo fato de que os indivíduos que se colocam num extremo apresentam diferenças políticas, religiosas e pontos de vista científicos distintos em relação aos indivíduos que se dispõem no outro extremo.

O traço distintivo básico revela-se, sobretudo, segundo ROCKEACH (1960), no modo de funcionamento do pensamento onde se observa uma certa rigidez para aqueles indivíduos portadores de fortes sistemas de crenças associadas a abstrações ideológicas e intolerância a opiniões opostas às suas e certo grau de autoritarismo.

Uma definição para a dimensão dogmatismo, via de regra,

relaciona-se com a utilização de modelos e programas mentais que o indivíduo dispõe para operar com as informações extraídas do meio, segundo as proposições relacionadas ao estudo de percepção, conforme salientam FORGUS (1981), BRUNER (1964) e NEISSER (1976), entre outros.

De qualquer forma ressalta-se como característica fundamental a organização do sistema de crenças quando se pretende diferenciar os indivíduos em dogmáticos (sistema de crenças fechado) e não-dogmáticos (sistema de crenças aberto). A partir de então tem-se, para cada tipo de sujeito, operações que são específicas a um modo de funcionamento estabelecido onde o pensamento é, na maioria das vezes, o processo psicológico que mais se presta para caracterizar a disposição dos mecanismos responsáveis por esse funcionamento. Devido ao modo de pensamento entre outras características observa-se no indivíduo dogmático, uma resistência maior à mudança do que nos não-dogmáticos.

Ainda no que concerne ao sistema de crenças, ROKEACH ressalta a probabilidade de que os indivíduos dogmáticos apresentem mais dificuldades diante de situações novas que exijam uma resposta imediata e eficiente devido a suas dificuldades de utilizar seus modelos mentais com maior flexibilidade.

Acredita-se, também, que deve haver uma utilização dos esquemas mais primitivos ao invés do uso daquilo que se especializa mais recentemente. Esta tese encontra respaldo nas proposições de Freud sobre o mecanismo da repressão. Acerca de tais proposições, HOROWITZ (1975) elaborou um experimento e chegou a conclusões que servem como suporte às suposições mencionadas.

Do exposto, deduz-se que deve haver uma diferenciação em termos de mobilização dos modelos mentais no que concerne a operação das informações.

Esta diferenciação peculiar ao indivíduo dogmático e ao

não-dogmático revela-se em termos de disposição dos determinantes cognitivos pois é possível que tanto o indivíduo dogmático quanto o não dogmático possuam os mesmos dispositivos mas é provável que numa dessas categorias quando um conjunto desses dispositivos entram em funcionamento o restante permaneceria inoperante. Estes devem exibir atividade na outra categoria. Daí tem-se num extremo dessa dimensão, indivíduo dogmático caracterizado por um sistema de crenças acirradas, atitudes rígidas, preconceitos, dogmas, lentidão no processamento de informação e pequena flexibilidade na utilização dos modelos mentais além de um retorno aos esquemas já elaborados. Esses indivíduos com respeito ao processo de tomada de decisão valem-se geralmente de dogmas, uma vez que não conseguem superar a perturbação provocada pela dissonância cognitiva.

No outro extremo caracteriza-se o indivíduo não-dogmático onde estão ausentes as características mencionadas.

Sobre o dogmatismo, HAMILTON (1979) estabeleceu também algumas considerações. Admitiu que os indivíduos dogmáticos por apresentarem rigidez nos processos de pensamento, apresentam maior dificuldade de lidar com interações ambíguas do que os indivíduos não-dogmáticos nos quais se observa uma flexibilidade nos processos de pensamento e percepção, apresentando também pouca ou quase nenhuma rigidez em termos de defesa perceptiva. Admite-se, portanto, que carece no indivíduo dogmático uma organização efetiva nos processos de pensamento e em suas ações, razão pela qual teria então que se valer dos esquemas mais antigos, considerando-se as proposições de H. JACKSON em indicação de LURIA (1981).

Essas mesmas proposições encontram certa analogia com a exposição de MILLER, PRIBAM e GALANTER (1960) ao postularem a existência de planos como aspectos subjacentes ao comportamento observado. A organização desses planos se apresenta de forma distinta nas duas categorias do dogmatismo.

Neste caso, torna-se claro que a mente possui modelos internos próprios para interpretar as informações novas, com base na disposição decorrente do impacto ocorrido e na influência exercida pelas informações armazenadas. Sem dúvida, o modo de funcionamento explicitado apresenta-se em formas opostas considerando-se tanto os tipos introversão-extroversão quanto os tipos derivados do dogmatismo.

Assim é possível se admitir que subsista na base de organização comportamental os processos cognitivos bem como a organização alcançada pela estrutura de personalidade, pois sabe-se que um dado padrão comportamental depende inicialmente da avaliação que o indivíduo faz dos aspectos da configuração estimuladora, do modo de processamento e interpretação dessas informações e naturalmente da conformação de sua personalidade em tipos, traços, hábitos e motivos.

Por fim, vale mencionar o papel das diferenças individuais conforme assinala ANASTASI (1973) e da responsabilidade fisiológica, segundo ressaltou GROSSMAN (1973).

2.1.4. MARCOS HISTÓRICOS NO ESTUDO DA INTELIGÊNCIA HUMANA

As intrincadas relações entre a conformação das características personalógicas e o acabamento e organização das estruturas cognitivas remete-nos obrigatoriamente a aspectos do desenvolvimento referente aos estágios iniciais por se supor que há uma interação entre os elementos de ambas as áreas, relevante à adaptação do indivíduo tanto ao meio quanto a si mesmo.

Refere-se, portanto, às etapas iniciais onde não há uma definição estabelecida nem das estruturas concernentes à afetividade, nem das estruturas relacionadas à cognição. A suposição básica, assumida aqui, defendida por PIAGET (1980) e continuadores de sua obra, como GRECO (1970) e INHELDER (1970), é a de que

a adaptação afetiva, quer dizer, a organização das estruturas da personalidade, é a pedra angular, o elemento que serve de base ao desenvolvimento das estruturas cognitivas.

Concebe-se, desse modo, com DOLLE (1979) e outros, que a adaptação concernente ao acabamento das estruturas cognitivas só ocorre quando houver um mínimo de adaptação afetiva para servir como suporte ao desenvolvimento cognitivo. Neste caso, fica aqui subentendida uma adaptação do sujeito às pessoas que se deriva da organização e desenvolvimento das estruturas da personalidade e uma adaptação ao objeto, no que se refere ao processo de conhecimento. Portanto, fica aqui subentendida uma adaptação do sujeito às pessoas que se deriva da organização e desenvolvimento das estruturas da personalidade e uma adaptação ao objeto, no que se refere ao processo de conhecimento. Este só ocorre mediante um mínimo de adaptação alcançada no plano afetivo. Assim, tem-se uma adaptação relacional e uma adaptação ao real. Esta última deriva-se do funcionamento das estruturas cognitivas.

Para WALON (1970), a adaptação ao real deixa explícito o problema da inteligência como prolongamento das necessidades biológicas, conforme salientou DARWIN (1936), ao admitir que, do mesmo modo que tais necessidades regulam as atividades do ser vivo, constituem-se como instrumentos para a adaptação.

Foi, sem dúvida, Darwin, um dos marcos históricos no estudo da inteligência, tendo suas idéias refletidas nos trabalhos de GALTON, conforme assinalou BUTCHER (1972). Para esse autor, Galton acreditava na existência de uma capacidade geral, no que diz respeito à inteligência, tese que é defendida com afinco por SPEARMANN (1927).

Deve-se a Galton o estudo da influência da hereditariedade na inteligência, conforme assinalou GUILFORD em seu artigo "Theories of Intelligence" (1973).

Os trabalhos de BINET (1909), entre outros investigadores, devem ser situados pela relevância que alcançou no campo da inteligência, principalmente no que concerne aos aspectos metodológicos, já que Binet não se preocupava em teorizar sobre a inteligência, estando seu objetivo voltado para os aspectos da mensuração. A contribuição de Binet pode ser observada na atenção dada à inteligência, pois enquanto a psicologia experimental inicial se detinha no estudo das funções sensoriais para explicar a conduta humana, Binet considerava esse procedimento falho por acreditar que o estudo dos limiares seria de pouca importância. Somente considerando a inteligência como função principal é que se pode chegar a uma maior compreensão do ser humano.

De um modo geral, as concepções de BINET sobre a natureza da inteligência enfatizam traços de atenção e adaptabilidade às tarefas, aspectos da memória, julgamento e outros. De resto, postulou a relevância da inteligência na solução de problemas.

Os trabalhos de BINET (1909) foram continuados por pesquisadores como SIMON e TERMAN, nos Estados Unidos. Embora esses investigadores tenham se dedicado ao estudo da inteligência considerada como um resultado, isto é, observada empiricamente, suas contribuições não são tão relevantes quanto as de BINET.

Uma vertente de trabalho distinta da de TERMAN e MERRIL (1937) foi desenvolvida por THORNDIKE (1926), o qual acreditava que a inteligência se constitui como um conglomerado de hábitos específicos independentes, que podem ser explicados pelo método estímulo-resposta. Do ponto de vista metodológico, THORNDIKE (1926) reconheceu a inteligência de uma maneira contrária à concepção estruturalista, desenvolvida por SPEARMANN (1927).

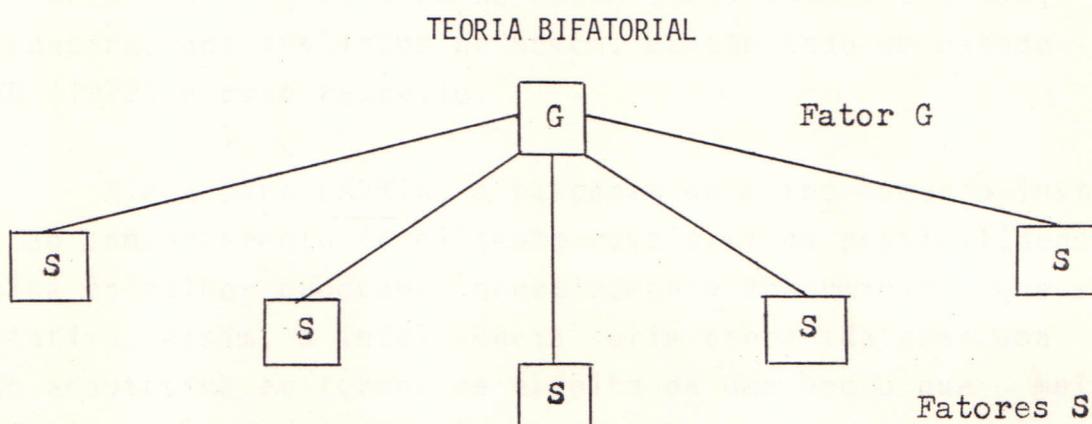
Para SEMINÁRIO (1980), a tese central de SPEARMANN foi conceber um fator central geral. De certo modo, TERMAN e MERRIL (1937), ao fazerem a revisão da escala de Binet, não desconhe-

ciam esse fato. Spearman foi o iniciador de uma corrente para o estudo da inteligência que se constitui como crítica ao estudo desenvolvido por Binet e seguidores.

Segundo SEMINÁRIO (1980):

"Spearman elaborou sua teoria bifatorial por haver encontrado, através do seu modelo tradicional de análise fatorial, um fator geral (G) e infinitos fatores específicos (S), sendo o fator G uma energia mental amorfa, inata, endôgena, e os fatores S, as infinitas habilidades das sujeitas às aprendizagens." (p.536).

Uma explanação desse modelo pode ser analisada no esquema:



(Retirado de SEMINÁRIO, 1980, p. 538).

A explicação dada às articulações entre esses fatores seria análoga à explicação descritiva dada por FREUD (1922) sobre a diferenciação do ego a partir do id, pois SPEARMANN (1927) admitiu que, por ocasião do nascimento, existe no indivíduo uma potencialidade energética (naturalmente de caráter hereditário), que seria a base para a diferenciação dos fatores específicos, decorrentes da interação do sujeito com o meio. Sendo assim, a adaptação cognitiva do sujeito ao meio subordina-se a esse potencial inato.

SPEARMANN (1927) se posiciona criticando as teses de Bi-

net, pois admite ser contra-producente mensurar alguma função sem antes prever na teoria o que seja essa função. Neste sentido, deixa entrever inconsistências na teoria de BINET, pois não se pode medir inteligência sem antes defini-la.

Antes de prosseguir na abordagem sobre SPEARMANN, faz-se pertinente referir-se à sistematização dos tipos de teoria de inteligência: monárquica, que concebe a inteligência como um aspecto diretor do comportamento. Esta teoria tem suas raízes no evolucionismo de DARWIN (1936), na medida em que admitiu haver uma continuidade entre o comportamento instintivo do animal e o comportamento inteligente do homem. Desse modo, é possível aceitar a suposição de que o comportamento humano seja uma forma superior ao do animal. Em outras palavras, tanto inteligência quanto instinto existem no homem e nos animais. Aliás, no que concerne aos instintos no homem, existe todo um estudo de FREUD (1972) a esse respeito.

Ainda para DARWIN, a passagem do comportamento instintivo ao comportamento inteligente revela-se na possibilidade de escolha do melhor programa, geneticamente determinado, que seja adaptativo. Assim, a inteligência seria concebida como uma decisão adaptativa em termos da escolha de uma opção que melhor se adapte a uma dada situação.

Do ponto de vista epistemológico, a postulação de BINET se encaixa neste teoria, mas, do ponto de vista teórico, este tipo é representado pela teoria de SPEARMANN.

O segundo tipo de teoria da inteligência é oligárquica, onde se concebe a existência de uma constelação de aptidões variadas e específicas. A origem desse estudo começou com PLATÃO em sua distinção sobre a mente (local de recepção da informação e processamento) e os sentidos. Nesta teoria, concebe-se a existência de diferentes dispositivos que resultam em aptidões diferenciadas. Nesta categoria está o trabalho de THURSTONE (1938).

O terceiro tipo é a teoria anárquica, onde se admite a existência de uma função mental para cada conteúdo da experiência.

Admite-se, assim, que a cada ato e a cada momento de experiência corresponde a um fato único, que é armazenado na mente, sendo a experiência fixada através de conexões, como no caso das teorias multimodais de THORNDIKE (1926).

Retomando as proposições de SPEARMANN (1927), sabe-se que foi o primeiro a isolar um fator de inteligência utilizando a análise fatorial.

Segundo BUTCHER (1972), para SPEARMANN todos os ramos de atividade intelectual apresentam em comum um aspecto fundamental enquanto que os elementos específicos da atividade são inteiramente diferentes dela. Nesta formulação, SPEARMANN propõe a existência de dois grupos de fatores para explicar a dinâmica do intelecto onde a realização de uma tarefa cognitiva dependeria de um *quantum* de inteligência geral (comum a todas as atividades) e de um ou mais fatores específicos àquela tarefa.

SPEARMANN (1927), ao se referir à inteligência geral, concebeu-a como fator G, que seria uma constante matemática revelada numa relação permanente em todas as aptidões. No plano neurofisiológico, o fator G estaria vinculado ao número de dendritos, logo esse fator não é específico. O fator G seria o equivalente a um dispositivo energético que irradia energia para tudo. Pode ser pensado como um gerador elétrico numa fábrica. Disso resulta que, a partir do fator G é possível se conceber o desenvolvimento das aptidões. Não obstante, esse desenvolvimento estaria subjugado à quantidade de fator G. Pode-se supor, então, que a eficiência cognitiva de uma pessoa estaria subordinada ao fator G, pois a partir dele é possível uma generalização para qualquer conduta.

O segundo aspecto da teoria de SPEARMANN diz respeito à existência dos fatores específicos que correspondem a aptidões para o desempenho de tarefas específicas. Como habilidades sujeitas à aprendizagem, se desenvolvem na interação dos dispositivos inatos com os aspectos do ambiente.

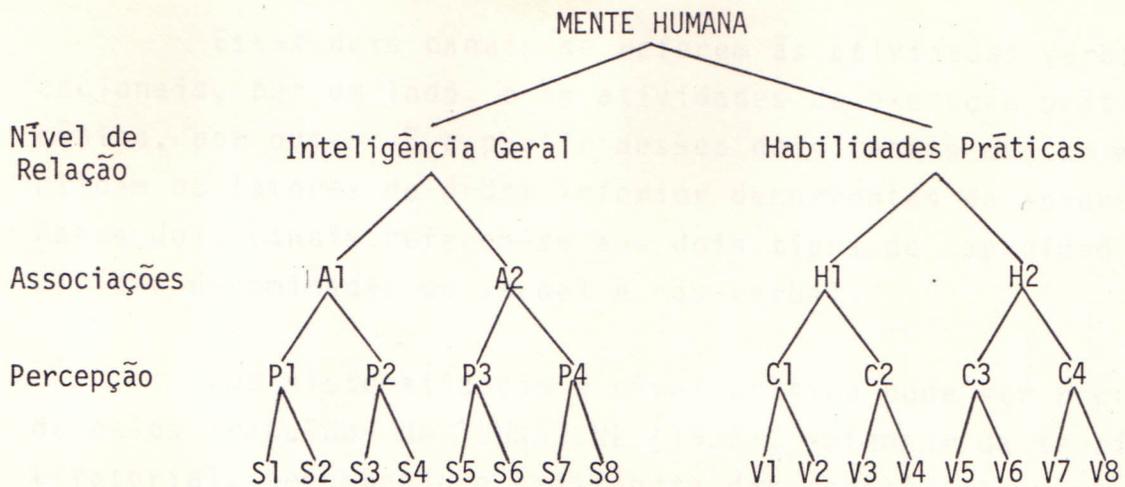
Este modelo de SPEARMANN não foi totalmente aceito.

Na opinião de BUTCHER (1972), VERNON o criticou como inconsistente, argumentando que no modelo de SPEARMANN fica excluída a possibilidade de explicação das aptidões linguísticas e mecânicas. BURT (1940) é quem vai tentar responder a esta crítica mesmo rejeitando a tese dos dois fatores de SPEARMANN. Pode-se dizer que BURT amplia a teoria de SPEARMANN na medida em que admite, também, a tese da hereditariedade na inteligência. Sua inovação consiste na proposição de fatores intermediários, ou seja, dois grandes canais que se bifurcam do fator G para explicar a estrutura de capacidades. Desse modo, postula uma hierarquia de capacidades, sendo os fatores de ordem inferior representados por aqueles que decorrem da aprendizagem.

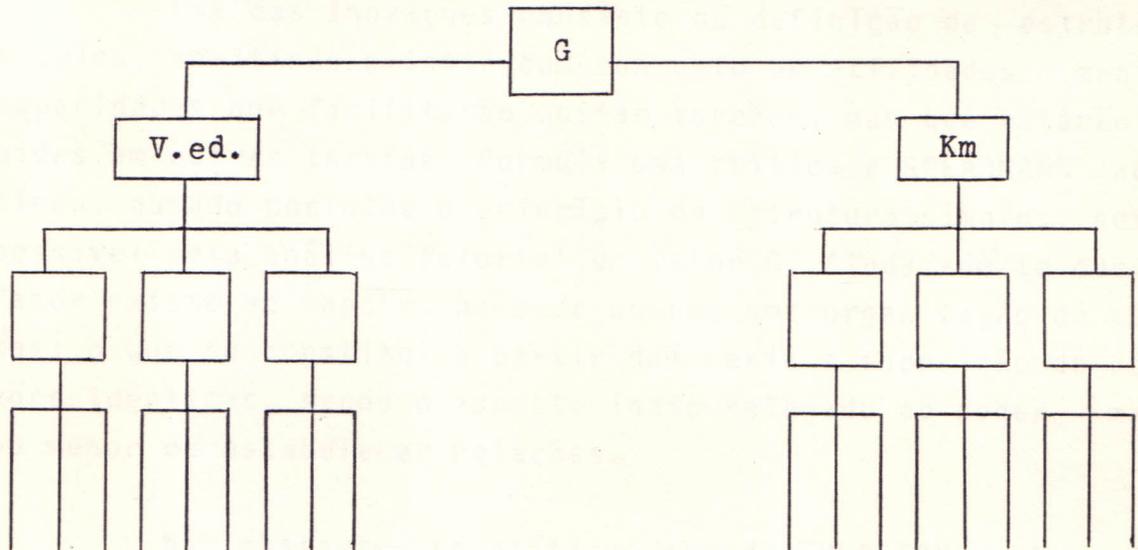
Como se pode observar, uma continuação dos trabalhos de SPEARMANN encontra-se no esforço de BURT (1940), destinado, em princípio, a responder às críticas dirigidas a SPEARMANN e, em parte, a defender a tese sobre a noção de hereditariedade na inteligência. Do mesmo modo que SPEARMANN, BURT (1940) aceitava a existência de uma inteligência geral. Mas, seu trabalho consistiu numa reformulação do modelo idealizado por SPEARMANN, para fornecer um esquema com quatro fatores e assim poder explicar os impasses apontados por VERNON (1965) à teoria de SPEARMANN.

Propõe BURT (1940) o diagrama seguinte para explicar a inteligência humana:

(Retirado de GUILFORD, p.633)



Este diagrama pode ser pensado do seguinte modo, para incluir os dois fatores propostos por SPEARMANN:



(Retirado de SEMINÁRIO, 1980, p. 538).

O relacionamento desses fatores corresponderia a uma aplicação da teoria de SPEARMANN, proposto BURT (1940), uma concepção hierárquica.

Como SPEARMANN, BURT (1940) concebeu a existência de um fator **G** que, como energia mental inata, diferencia-se em dois canais. É aqui que reside a diferença entre BURT e SPEARMANN.

Esses dois canais se referem às atividades verbais-educacionais, por um lado, e às atividades de execução prático-mecânica, por outro. É a partir desses dois canais que se multiplicam os fatores de ordem inferior decorrentes da aprendizagem. Esses dois canais referem-se aos dois tipos de capacidade do indivíduo denominadas de verbal e não-verbal.

Uma sistematização a nível prático pode ser representada pelos trabalhos de THURSTONE (1938), defensor da teoria multifatorial, concebendo a existência das capacidades mentais inatas como fatores endógenos. THURSTONE não apenas reconsidera os estudos anteriores, mas tenta fundamentá-los num outro enfoque.

Uma das inovações consiste na definição de estruturas simples, admitindo existir num conjunto de atividades mentais, capacidades que facilitarão muitas tarefas, mas que estarão inibidas em outras tarefas. Formula uma crítica a SPEARMANN admitindo, quando postulou o princípio de estrutura simples, ser impossível pela análise fatorial um fator G. Ainda admite que tal fator existe ao nascer, havendo apenas uma organização de condutas; o que se constitui a partir daí seria a suposição de conexões idênticas, sendo o aspecto inato relegado ao poder maior ou menor de estabelecer relações.

Não obstante, na prática, quando THURSTONE obteve diante de si resultados concretos, postulou a existência de um super-fator que, evidentemente, só pode ser explicado pela teoria de SPEARMANN nos moldes do fator G. (SEMINÁRIO, 1980).

Ao definir a conduta, THURSTONE concebeu sua determinação a partir da existência dos fatores em termos de sua potência e proporção.

A segunda inovação técnica de THURSTONE é a introdução de fatores correlacionados denominados capacidades mentais primárias que são em número de sete: capacidade espacial tanto em

termos estáticos (Ss) quanto em termos mecânicos (Sm), no que diz respeito ao manuseio da realidade tal como é percebida. Seria o equivalente à capacidade pragmática ligada à percepção do espaço em termos de suas relações. Corresponderia, de resto, à ação a nível viso-motor.

O segundo fator é a rapidez e exatidão (P) - refere-se à capacidade de concentração, quer dizer, à intensidade da ação cognitiva. Este fator foi negado por SPEARMANN na medida em que reduzia tudo ao fator G. Neste mesmo sentido, SPEARMANN nega também a atenção. Não obstante, existe uma diferença significativa entre o fator G e o fator P, pois enquanto o primeiro é uma potência que irradia, o segundo é uma potência que mobiliza a atividade consciente sobre os outros fatores de dois modos: a atenção concentrada, que é a capacidade de situar toda a atividade consciente num só ponto sem difusão, e a atenção difusa, que é o poder de manter toda a atividade consciente num campo aberto, indo deslocá-la com rapidez, quer dizer, refere-se à capacidade de mobilização da consciência da detecção de sinais.

Estes tipos de atenção encontram também uma certa correlação em termos de classificação em patologia, pois é provável que personalidade de fundo obsessivo desenvolva mais atenção concentrada, enquanto que a personalidade do tipo histérico desenvolva mais a atenção difusa.

ESQUIROL, em indicação de EY, BERNARD e BRISSET (1981) explicou todas as enfermidades como distúrbios da atenção, admitindo que sua disfunção seria responsável pelo não desenvolvimento de capacidade mental ao distinguir três categorias psicopatológicas decorrentes do nível de atenção. A atenção exaltada observa-se na mania, a queda de atenção, na depressão, e a falta total de atenção, na oligofrenia.

O terceiro fator seria a capacidade numérica (N). Refere-se à operação com fórmulas matemáticas, símbolos, e também

na velocidade e precisão na resolução de problemas aritméticos, segundo NUNNALLY (1979).

O quarto fator é o raciocínio abstrato (R), compreendido em termos de dedução (possibilidade de se chegar a conclusões) e induções (capacidade de se estabelecer relações). Revela-se, em última instância, como a condição de extrair regras que não são dadas.

O quinto fator é a fluência verbal (W), revelada na capacidade de fazer analogias, quer dizer, manejar agilmente os significantes. Está relacionado à produção de sentenças e palavras, em termos de rapidez.

O sexto fator é o raciocínio verbal (V). Situa-se ao nível dos significados. Corresponde ao aspecto semântico de atividade verbal. Para NUNNALLY (1979), corresponde ao entendimento profundo do material verbal em termos de compreensão da escrita e da linguagem falada.

O sétimo fator é a memória (M). Tal fator abrange um macro-circuito e especializa áreas para atividade verbal e atividade não-verbal. Seria a possibilidade conservação da atenção. Teria a memória uma implicação nas seguintes propriedades: fixação, retenção, evocação e reconhecimento.

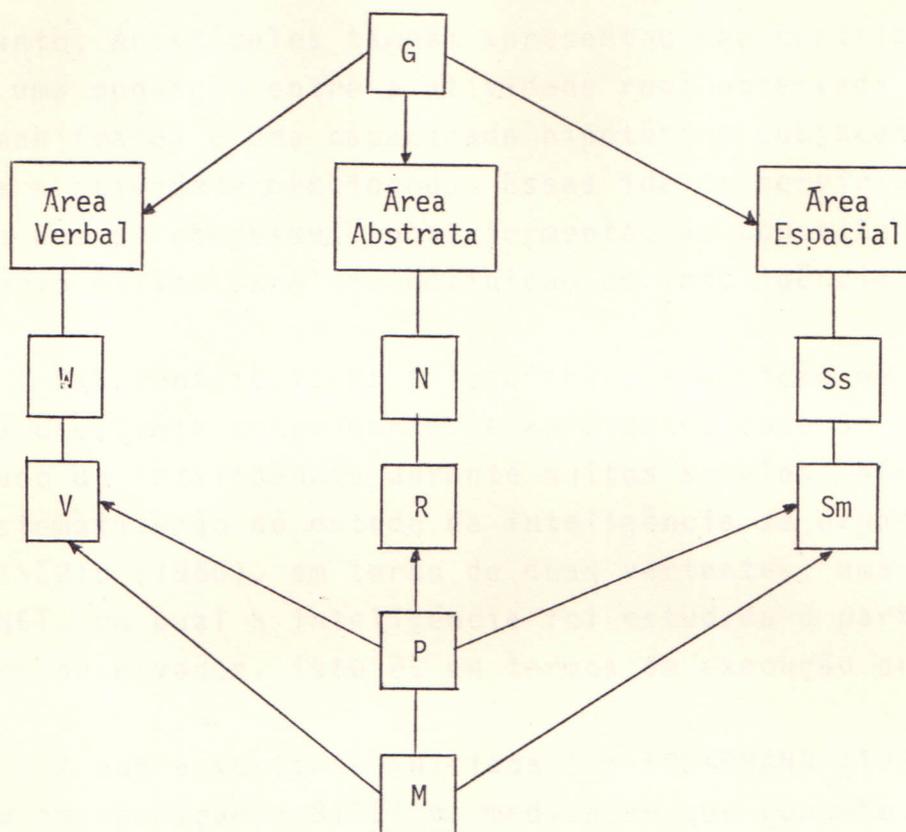
MYRA Y LOPEZ, em indicação de SEMINÁRIO (1980), apresenta uma sistematização agrupando esses fatores, exceto P e M, em áreas constituindo-se, assim, três áreas: verbal, com dois fatores (W e V); o abstrato ou simbólico, com dois fatores (N e R); e a espacial ou concreta, com os fatores Ss e Sm. Os fatores W, N e Ss são definidos como passivo-reprodutivos, pois se revelam na mera utilização dos conteúdos mentais. Os fatores V, R e S são chamados criativos, pois revelam-se em termos do surgimento de novos conteúdos a partir dos já existentes.

Os fatores passivo-reprodutivos são também chamados de fatores algoritmos pelo seu caráter reprodutivo-mecânico. Revelam-se tão somente no estabelecimento de relações a nível estático, já que os fatores V, R e Sm são chamados de eurísticos, pois nestes, intervêm os processos decisórios para encontrar uma solução mais adequada, quer dizer, antecipar os efeitos do movimento. Paratanto, MYRA Y LOPEZ teria se baseado nas idéias de THORNDIKE (1926), que, de certo modo, viria contribuir para uma teoria não estruturalista de inteligência ao postular, segundo SEMINÉRIO (1980), que:

"... a sistematização das habilidades derivam de uma organização social das condutas. Estas estruturações seriam aprendidas sendo cada indivíduo uma amostra de tais disponibilidades" (p.539).

Sob este prisma, THORNDIKE se remonta à formulação da "tábula rasa", de LOCKE. Assim, concebeu o psiquismo como uma folha em branco, que a experiência se encarrega de preencher. Desse modo, postulou que a inteligência se desenvolve pela aprendizagem.

Com interesse voltado para o diagnóstico, MYRA Y LOPEZ agrupou as habilidades multimodais de THORNDIKE de acordo com três modalidades específicas do comportamento, que revelam aspectos diferenciados das três áreas de ação, a saber: a modalidade verbal-social; a modalidade simbólico-abstrata e a modalidade espacial-concreta. Considerando esse argumento, SEMINÉRIO (1980) admite ser possível a inclusão dos fatores de THURSTONE na sistematização proposta por MYRA Y LOPEZ. Disso, então, resultam três áreas que reúnem cinco dos sete fatores de THURSTONE, conforme o diagrama seguinte:



Os fatores de THURSTONE incluídos são: W, V, N, R e S (desdobrados em Ss e Sm) que significam respectivamente, fluência verbal, raciocínio verbal, habilidade numérica, raciocínio abstrato, relações especiais (Ss) e raciocínio mecânico (Sm).

A guisa de conclusão, concebe-se que o conceito de inteligência passou por grandes reformulações até alcançar um *status* de precisão e clareza tanto na história das ciências quanto no escopo das teorias psicológicas.

Desde Platão se observou preocupações com a inteligência quando procedeu em sua célebre distinção sobre os aspectos principais da mente: intelecto, emoção e vontade. Sobre este mes

mo assunto, Aristóteles também apresentou sua contribuição ao propor uma oposição entre a atividade real observada (comportamento manifesto) e uma capacidade hipotética subjacente, da qual resulta a atividade mencionada. Essas idéias serviram de suporte para que se chegasse, posteriormente, ao conceito de aptidão, fundamento último para uma definição de inteligência.

Das contribuições filosóficas, a posição de Descartes sobre a dicotomia corpo/mente se apresentou como um obstáculo ao estudo da inteligência durante muitos séculos. Não obstante, uma sistematização do estudo da inteligência se organiza, segundo SEMINÁRIO (1980), em torno de duas vertentes: uma iniciada por BINET, na qual a inteligência foi estudada a partir de resultados observados, isto é, em termos de execução prática.

A outra vertente iniciada por SPEARMANN (1927) caracteriza-se em oposição a BINET na medida em que concebe a inteligência em termos de um processo. É esta segunda vertente que apresenta proposições que serviram de suporte ao presente estudo.

2.1.5. SOBRE A ESTRUTURA DE CAPACIDADES

Durante muito tempo, as investigações sobre a inteligência polarizaram-se em duas vertentes. Por um lado, vários experimentos foram conduzidos tendo como conceito diretor a inteligência considerada como característica inata. Por outro lado, os efeitos observados na conduta postulados como resultado de um processo de aprendizagem não empregados para uma definição da inteligência.

De um modo ou de outro, as conclusões obtidas, nem sempre são satisfatórias, fato esse que sempre preocupou cientistas de Psicologia, e de outros campos que se destinam ao estudo do homem.

Os teóricos se dividem quanto à forma de abordar o assunto. Por outro lado, existem aqueles que enfatizam em suas definições, aspectos terminais da conduta. Neste caso, tem-se a inteligência definida sobre os ditames da perspectiva empirista. Por outro lado, observa-se todo um empenho de críticos e pesquisadores fundamentados no pensamento racionalista, que estabelecem proposições e formulam modelos supondo uma determinada estrutura interna para explicar a dinâmica da inteligência bem como dos demais processos cognitivos, conforme enfatizou HONZIK (1973). Neste grupo, encontram-se GUILFORD (1973), DREYFUS (1967), REYNOLD e FLAGG (1977) e PENNA (1984), entre tantos outros.

Admita-se nesta linha de pensamento, que os aspectos observados da inteligência não apresentam argumentos convincentes e seguros para defini-la. A importância dessa função psicológica bem como de outras, reside numa estrutura latente que revela em seu funcionamento aspectos observados diferenciados. Esta suposição teórica serviu de suporte para o planejamento de inúmeras investigações que objetivaram (num procedimento metodológico inovado - a análise fatorial) testar hipóteses com maior segurança.

Este empenho iniciou-se, naturalmente, com SPEARMAN (1927) ao propor a teoria bifatorialista para explicar a dinâmica do intelecto. É também reconhecida sua tentativa de postular aspectos inatos na inteligência. O resultado das suas pesquisas possibilitou SPEARMAN (1927) verificar empiricamente a existência de um fator geral inato. É claro que se SPEARMAN caracterizou um fator como geral, deve então existir fator ou fatores específicos.

Concebeu, de resto, esses dois grupos de fatores como sendo de origem distinta. Um, o fator geral, decorre do patrimônio genético e é relacionado com o potencial neuronal de cada sujeito. De acordo com essa formulação, cada indivíduo já esta-

ria de certo modo, determinado por ocasião do seu nascimento no que concerne às suas capacidades cognitivas e, particularmente, com referência à inteligência.

No que tange aos fatores específicos, estes foram pensados como decorrentes de duas fontes. De um lado, é o resultado da diferenciação de partes do fator G. Este processo ocorre durante toda a vida do indivíduo, ou seja, o fator G seria considerado como uma grande fonte de energia potencial, e que gradativamente iria se transformar em energia cinética, que corresponderia aos fatores específicos.

A outra fonte que entra na composição dos fatores específicos refere-se aos aspectos da interação social do indivíduo. Postula SPEARMAN (1927), que tais fatores decorrem da interação do fator G com tudo aquilo que no indivíduo é decorrente da aprendizagem.

Desse modo, mesmo que se admita qualquer intervenção dos aspectos adquiridos na composição da inteligência, estes são subordinados às estruturas de capacidade que definem o que a corrente fatorialista caracteriza como estrutura latente a qual é, por definição, pertencente aos aspectos inatos.

Sob este ângulo, fazer referência às estruturas de capacidade é aceitar a existência de fatores latentes que respondem pelos aspectos manifestos do comportamento. Assim, a busca de significado para as estruturas de capacidade representa, a nível científico, uma explicação mais convincente das formulações teóricas sobre a inteligência na medida em que aceitar a existência de fatores psicológicos é supor que tais fatores pertencem a funções psicológicas isoladas, que se integram no indivíduo para fornecer subsídios a uma ação geral, em termos do seu processo adaptativo.

Claro que não se descarta a possibilidade de incremen-

to das funções decorrentes de aquisições pela aprendizagem, mas fica subentendido que para que esse incremento ocorra deve haver uma base que é naturalmente um fator psicológico. Frente a essa formulação, qualquer investigador que considere as premissas apresentadas, terá razões suficientes para não aceitar o resultado de uma medida como o Q.I., para servir como um indicador válido sobre a inteligência.

BUTCHER (1972) aponta como saída mais adequada para solucionar este impasse, aquela derivada e centrada nos estudos da vertente que trata a inteligência como um processo. Nesta, se situam as perspectivas de SPEARMAN (1927), THURSTONE (1938) e BURT (1940), entre outros. Os estudos de PIAGET (1980) e BRUNER (1964), apesar de não serem fatorialistas, apresentam-se na vertente que descarta a possibilidade do estudo da inteligência a partir de um mero resultado obtido da aplicação de um instrumento de mensuração. Esta é a crítica que incidiu frontalmente ao trabalho de BINET.

Em suma, os aspectos terminais do comportamento, com respeito à inteligência, podem ser explicados em relação aos mecanismos decorrentes da aquisição, mas os aspectos da produção, isto é, aqueles responsáveis pela determinação e diferenciação dos fatores específicos só podem ser explicados em termos da postulação de um fator geral, que representa a estrutura de capacidades.

É neste sentido que PIAGET (1980) ao criticar a corrente inatista, no ângulo da inteligência não descarta totalmente a possibilidade de um componente inato ao admitir que, no que concerne ao funcionamento da mesma, este caracteriza-se por ser inato. Aliás, acrescenta-se que, conforme salientou FLAVELL (1975) as estruturas biológicas são responsáveis, em última instância, por tudo aquilo que o indivíduo é capaz de perceber diretamente mas, por outro lado, no que tange ao componente inato do funcionamento da inteligência, entende-se como tal os processos de as

simulação e acomodação.

Nesta mesma corrente estão os trabalhos de BRUNER(1973) ao postular a existência de um desenvolvimento das funções intelectuais humanas que cobre um período desde a infância até a idade adulta. A esse respeito, BRUNER distingue três sistemas de processamento de informações que decorrem da explicitação e diferenciação do potencial inato (que na linguagem de SPEARMAN corresponde ao fator geral).

Esses sistemas são: ação, imaginação e simbolização pela linguagem. Esse primeiro sistema é equivalente a uma estrutura que responde pelo modo como o ser humano constrói modelos do seu mundo.

O segundo sistema denominado por BRUNER de integração, representa o modo pelo qual os atos são organizados em funções psicológicas superiores, o que é possibilitado pela organização mínima alcançada no primeiro sistema. Somente nestas condições, torna-se possível a utilização de um número máximo de unidades informacionais para a solução de problemas.

O terceiro sistema é representado pelos mecanismos responsáveis pelo processamento de informação as quais via de regra, são intermediárias entre os mecanismos de recepção de informação e a ação observada no sujeito.

A guisa de conclusão, pode-se admitir que seja em termos fatorialistas, seja em termos sistêmicos, não se pode deixar de supor que a dinâmica dessas organizações se faz pelas estruturas de capacidades em sua disposição hierárquica.

2.1.6. SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS DA PERSONALIDADE E AS DETERMINANTES COGNITIVAS (INTELIGÊNCIA)

As investigações realizadas no campo da psicologia da personalidade são unânimes em apontar uma possível influência e/ou interação entre os processos cognitivos e os determinantes da personalidade. Nem sempre as referências são tão claras. Existem investigadores que tratam da questão com outras nomenclaturas, entre eles DOLLE (1979) quando discute o problema em termos de inteligência e afeto; e PENNA (1984) que abordou a mesma problemática com o título "Razão e Desejo".

A preocupação para demonstrar esta interrelação não é recente, pois quando se trata dos sistemas de representação e processamento de informações encontram-se dados que se explicam uma vez que se lance mão de conceituações do campo da personalidade. Desse modo, deve haver aspectos puramente cognitivos como também estruturas específicas da personalidade. Não obstante, é possível que haja nesses dois campos uma área de intersecção, e desse modo, tem-se então uma não especificidade de processos caracterizados em termos condutuais por uma dupla influência, conforme assinalou BLEGER (1979).

Visto por este prisma, uma expressão condutural é, em si mesma, o resultado da ação decorrida num sistema de representações onde informações são analisadas, avaliadas e reavaliadas e também da mobilização de uma certa quantidade de energia armazenada nos componentes da personalidade. Assim, o fato de uma pessoa ser, por exemplo, cético, na realidade, revela, por um lado, um dispositivo energético que pode utilizar nas suas relações sociais e, por outro lado, uma certa organização dos processos cognitivos que vão se dispor de uma maneira tal que em suas operações utilizem essa quantidade de energia disponível nas estruturas de personalidade.

Dito desta forma, pode-se admitir, conforme fez PIAGET

(1980), que a conformação das estruturas de personalidade exerce um certo controle na realização dos processos cognitivos.

Essa rede de interações (que na realidade constitui o psiquismo humano) por um lado não é redutível às suas estruturas, nem em termos de pensamento, imaginação, inteligência e percepção nem tampouco em termos de tipos e traços de personalidade. Embora a ação não seja separável de tais estruturas, as ultrapassa, naquilo que produz, pois ao mesmo tempo a ação situa tudo o que a procede (estruturas da personalidade) como também revela o caráter intencional conseguido no homem, graças ao acabamento das estruturas corticais mais recentes que respondem pela organização dos processos cognitivos.

No que tange às estruturas de personalidade, consideradas em termo do seu caráter organizacional, pode ser dito com SCOTT, OSGOOD e PETERSON (1979) que apresenta certos desconcertos que interferem no campo cognitivo, na medida em que se dispõe tal função, ao mesmo tempo, quer como energia (desejo, pulsões), vínculos, quer como uma entidade multi-setoriada.

Pode-se, então, fazer referências à personalidade em dois níveis: em termos de uma estrutura complexa multi-integrada e em termos de seus componentes. De um modo ou de outro, está sempre revelando sua influência nos processos cognitivos, pois cada organização alcançada em termos dos processos de personalidade revela uma especificidade na busca do objeto e também um acabamento das estruturas intermediárias de uma cadeia da qual o pensamento é o produto final. Esta é a suposição de FREUD (1972) na sua obra "Interpretação dos Sonhos". Por outro lado, cada limite exercido pela organização de uma estrutura de personalidade na área cognitiva representa a possibilidade de um passo evolutivo na organização de suas estruturas. Esta é a razão pela qual PIAGET (FLAVEL, 1975) fez questão de mostrar etapas diferenciadas no desenvolvimento da inteligência.

Sem dúvida, essas diferenças tão marcantes se devem aos acontecimentos em outra área. Trata-se aqui da personalidade.

Em termos evolutivos, ter-se-ia, conforme assinalou DOLLE (1979), aspectos predominantes no desenvolvimento. Nas etapas primeiras da vida de um indivíduo, as atividades exibidas o caracterizariam como sujeito afetivo, visto que haveria neste período uma exacerbação dos processos afetivos, quer dizer, uma explicitação maior das estruturas de personalidade em suas ações, e uma pequena parcela das influências das estruturas cognitivas. Para PENNA (1984) haveria, neste período, uma expressão máxima das atividades moduladas pelos afetos, que são na realidade, o resultado da estrutura da personalidade presente mais a influência dos processos cognitivos que já se encontram em funcionamento.

No período seguinte observa-se uma inversão. De sujeito afetivo chega-se a sujeito epistêmico que é marcado pela aquisição da função simbólica. Esta função garante uma reestruturação no campo da personalidade, pois possibilita que o indivíduo opere com dados culturais, através de sua atividade representativa além de operar com afetos. Observa-se, então, uma ampliação no campo de ação do indivíduo, e isto representa a possibilidade de alcançar o terceiro período que é a constituição do sujeito social, revelado pela conjunção do sujeito afetivo e do sujeito epistêmico.

É no sujeito social que se exibem as marcadas interações e influências dos campos da personalidade e cognição. O sujeito social surge com o pensamento sociabilizado graças às mudanças ocorridas em termos de sensibilidade lógica, conforme demonstrou PIAGET (1980).

A verdadeira explicitação do sujeito social enquanto conjugação do sujeito afetivo com o sujeito epistêmico, revela-se em termos de sua inserção no campo profissional, pois no pri

meiro período o sujeito afetivo se organiza em torno da busca de prazer. No sujeito epistêmico tem-se a organização em torno da busca de prazer, mas com relação à realidade externa, que o indivíduo se esforça para conhecer e incorporar como sendo um aspecto de seu mundo interno.

No terceiro período, o indivíduo, dominando seu espaço de fantasia (mundo interno) e com o devido conhecimento da realidade externa, inscreve-se no campo das relações sociais, visando uma realização profissional.

Em síntese, a personalidade passa por transformações peculiares ao processo de desenvolvimento mas em nenhum momento, deixa de ser a unidade que congrega e coordena todas as manifestações da inteligência, da motivação, da emoção, do pensamento e da percepção na conduta.

Não obstante, embora a conduta represente o fenômeno que permite aos investigadores estudar a personalidade, esta última é muito mais do que suas manifestações, ou seja, a personalidade apesar de se definir em parte a partir dos aspectos conduturais observados, não se resume a esses aspectos. Mas mesmo assim, cada ação comportamental evidencia, no mínimo, uma influência da estrutura de personalidade e uma determinação dos processos cognitivos conforme salientou LAZARUS (1967).

Neste sentido, a personalidade se caracteriza por ser uma organização de relativa estabilidade, unidade e integração. Esses aspectos decorrem naturalmente de aplicação do potencial cognitivo que se prontifica a cooperar nos diferentes níveis de integração (POSNER, 1980). Desse modo, espera-se que a um nível de integração mais evoluído corresponda a diferenciação máxima dos processos cognitivos que estejam em esquema de prontidão a serviço dessa organização.

O grau máximo de complexidade que se observa na perso-

nalidade é o resultado da ação conjunta de muitas funções entre as quais, a contribuição da esfera cognitiva é de grande importância na medida em que o uso dessa função permite ao indivíduo um conhecimento do mundo externo, como também de si mesmo. Com isto, observam-se transformações no indivíduo decorrentes do conhecimento dos aspectos que lhe são circundantes e transformações são registradas na estrutura de personalidade.

Na realidade, a personalidade interage dinamicamente com as funções cognitivas. Na opinião de MISCHEL (1973) é a personalidade um todo mutável, sujeita a flutuações polarizadas entre equilíbrio e desequilíbrios. Estas são acompanhadas pelos processos cognitivos, que se prontificam numa certa sintaxe organizacional para manter a continuidade e identidade.

Como ficou evidente, a posição aqui assumida aponta um direcionamento da influência da cognição sobre a personalidade. Os teóricos que sustentam esse direcionamento são, evidentemente, os representantes da *New Look*, iniciadores críticos e propulsores da contribuição. A esses, acoplam-se as contribuições dos seguidores SPRANGER (1946) e GEORGE KELLY (1955).

De SPRANGER retiram-se, segundo PENNA (1985), contribuições significativas sobre o conceito de *Homus Theoreticus* e de KELLY, tem-se a idéia de cognição, definida em termos de predição e controle do comportamento.

Não resta a menor dúvida que em KELLY,

"... radicaliza-se a importância da cognição como determinante básico da conduta, enquanto que em Spranger se entende que essa relevância sobretudo se revela nos tipos nos quais predominam os valores teóricos ou epistêmicos, não obstante sua expressa inclinação para admitir que em um alto nível evolutivo, o conhecer está de tal modo enlaçado com os demais atos espirituais que surge como o ato fundamental da vida do espírito." (PENNA, 1985, pp.1-2)

A proposição de SPRANGER (1946) se caracteriza pela asunção de que a economia do pensamento produz efeitos observáveis em termos da conduta, pois possibilita a distinção entre o conhecimento decorrente da representação (que ocorre pela mediação dos processos cognitivos) e o decorrente da utilização dos instrumentais meramente biológicos, que marcam uma etapa onde os aspectos racionais não conseguem uma relevância sobre os processos afetivos, para caracterizar uma diferenciação necessária.

No que concerne à contribuição de KELLY, observa-se que sua teoria de personalidade se constrói a partir da teoria do conhecimento.

Em suma, na perspectiva de KELLY, os fenômenos são concebidos como ligados aos processos cognitivos e é esta a hipótese que este estudo pretende verificar empiricamente.

2.2. PLANEJAMENTO EXPERIMENTAL

2.2.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Na delimitação das proposições teóricas e seleção de resultados experimentais, tanto no campo das abordagens da esfera cognitiva quanto na descrição dos tipos de personalidade, deixou-se entrever uma relação de que o aparecimento de um determinado tipo de personalidade favorece no indivíduo um tipo de operação na dinâmica intelectual.

Na tentativa de desenvolver um aprofundamento teórico sobre o conhecimento da maneira pela qual os tipos de personalidade influenciaram o *modus operandi* dos fatores cognitivos, será proposto um modelo metodológico, tomado como suporte para responder às seguintes indagações:

- Pode-se esperar uma correlação significativa entre os diversos tipos de personalidade e as diversas dimensões das operações cognitivas?

- Até que ponto uma diferenciação em termos de modo de operação dos processos cognitivos reflete uma organização diferenciada das características de personalidade?

2.2.2. OBJETIVOS

O estudo que se segue destina-se a um duplo objetivo. . Em primeiro lugar, pretende fornecer um modelo teórico acerca das relações entre a organização das características personalógicas e os efeitos que repercutem dessa organização na esfera cognitiva.

Em segundo lugar destina-se a investigar o modo como ocorre esta interrelação, seja considerando os tipos de personalidade isoladamente, seja em sua combinação.

Por fim, o objetivo principal deste estudo é possibilitar a interferência de que a diferenciação das características personalógicas conformadoras de um tipo é responsável, em última instância, pelo aparecimento de operações específicas no âmbito da dinâmica cognitiva. Sendo assim, pode-se esperar que determinados tipos apresentem aspectos da esfera cognitiva mais desenvolvidos do que outros.

O reconhecimento dessa interação será útil para a formulação de esquemas de futuras pesquisas e também para alocar indivíduos em situações nas quais haja uma adaptação melhor do mesmo modo que se possa criar condições de aprendizagem mais adequadas ao tipo de indivíduo.

2.2.3. VARIÁVEIS

- a) Extroversão - introversão - diz respeito à orientação da personalidade no sentido subjetivo ou objetivo, considerada de acordo com os princípios propostos por CATTELL e EBER (s/d).

Esta variável será observada pelo 16 PF, pois há uma correspondência entre os fatores de segunda ordem de CATTELL ex via-envia e ansiedade e os fatores de extroversão-introversão e neuroticismo de EYSENCK (PECK e WHITHOW, 1976).

A partir dos resultados obtidos nos 16 traços (fatores de 1ª. ordem), serão considerados os resultados dos traços A, E, F, H, e Q₂ para se delimitar os tipos introvertido e extrovertido seguindo as operações propostas por CATTELL e EBER (s/d). Disso resulta a obtenção de dois grupos de indivíduos:

Grupo I - introvertido

Grupo II - extrovertido.

- b) Dogmatismo - trata-se de uma variável de personalidade relacionada ao funcionamento e utilização dos esquemas mentais. Para observá-la será utilizada a Escala de Dogmatismo de Rokeach, Forma E, adaptada por SIMMONS e NADER (1983).

Os resultados obtidos, após calculada a mediana, carecterizou dois grupos:

Grupo I - dogmático

Grupo II - não dogmático.

- c) Capacidade cognitiva - considerada pela especialização dos fatores de inteligência observada pelos re-

sultados dos sub-testes da bateria DAT, tanto em relação à vertente ativo-criadora quanto à passivo-reprodutiva.

Delineamento do estudo.

Plano fatorial 2 x 2

	I	E	
D	I	II	I - Introvertido
N _D	III	IV	E - Extrovertido D - Dogmático N _D - Não-dogmático

- I - Introvertidos dogmáticos
- II - Extrovertidos dogmáticos
- III - Introvertidos não-dogmáticos
- IV - Extrovertidos não-dogmáticos

2.2.4. FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

As seguintes hipóteses serão objeto de comprovação empírica no presente estudo.

Hipótese I

Indivíduos introvertidos apresentam resultados superiores à média em relação aos indivíduos extrovertidos nos sub-testes da Bateria DAT que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva.

- H₀ - Não há diferença nos resultados dos sub-testes que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva entre indivíduos introvertidos e extrovertidos.

Hipótese II

Indivíduos não-dogmáticos apresentam resultados superiores à média, em relação aos indivíduos dogmáticos, nos sub-testes que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva.

H_0 - Não há diferença nos resultados dos sub-testes que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva entre indivíduos dogmáticos e não-dogmáticos.

Hipótese III

Indivíduos introvertidos não-dogmáticos apresentam resultados superiores à média em relação aos indivíduos introvertidos dogmáticos nos sub-testes que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva.

H_0 - Não há diferença entre os resultados dos sub-testes que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva entre indivíduos introvertidos não dogmáticos e introvertidos dogmáticos.

Hipótese IV

Indivíduos extrovertidos não-dogmáticos apresentam resultados superiores à média em relação aos indivíduos extrovertidos dogmáticos nos sub-testes que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva em relação aos indivíduos extrovertidos dogmáticos.

H_0 - Não há diferença entre os resultados dos sub-testes que caracterizam o lado ativo-criador da esfera cognitiva entre indivíduos extrovertidos não-dogmáticos e os extrovertidos dogmáticos.

2.2.5. METODOLOGIA

2.2.5.1. População e Amostra

População - alunos de 16 a 19 anos do 2º grau da rede oficial de Fortaleza, CE.

Amostra

O dimensionamento para a composição da unidade amostral procedeu-se da seguinte forma: inicialmente, foi obtida uma listagem nominal, acompanhada da idade de todos os alunos das 9 escolas de 2º grau da rede oficial, existente em Fortaleza, em 1984.

Na referida listagem, foram considerados apenas alunos com idades variando entre 16 e 19 anos, em virtude das provas psicológicas utilizadas serem prescritas para idades que tem como limite mínimo 16 anos.

Efetuuou-se uma medida com respeito à variável introversão-extroversão no intuito de se observar como a mesma se manifestava em 36 sujeitos, sendo 4 de cada escola, sorteados de forma aleatória.

Isto constituiu o estudo piloto para determinação do número de indivíduos que deveriam compor a amostra, de maneira a torná-la proporcional em cada escola e a cada faixa etária.

O tamanho (n) da amostra foi determinado por meio da fórmula:

$$n = \frac{N z^2 \cdot p \cdot q}{N \delta^2 + z^2 \cdot p \cdot q}$$

onde:

N = tamanho do universo.

p = percentagem associada à variável principal

q = $1 - p$.

δ = erro absoluto da estimativa.

z = limite da zona crítica associada ao erro.

Por não se dispor de dados associados à incidência de indivíduos introvertidos no universo a ser estudado, tomou-se $p = q = 0,5$ o que resultou uma estimativa conservadora para o tamanho da amostra. Usou-se, igualmente, $\alpha = 5\%$. O levantamento procedido nas 9 escolas existentes em Fortaleza mostrou existir em 1984, 12.636 alunos.

Portanto,

$$n = \frac{12636(1,96)^2 \times 0,5 \times 0,5}{12636(0,05)^2 + (1,96)^2 \cdot 0,5 \times 0,5} = 372,83$$

Desse modo, a amostra deverá ser formada de, pelo menos, 373 indivíduos. A fim de se compensar possíveis mortalidades, decidiu-se tomar $n = 399$ alunos.

Retirou-se, pois, uma amostra proporcional, em cada colégio, ao número de estudantes em cada idade, como mostra o Quadro seguinte.

DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA

Nome da Escola	Total de alunos	% sobre o total de alunos	Fração Amostrai	Total de alunos por idade				Amostra por idade			
				16	17	18	19	16	17	18	19
.Colégio Joaquim Nogueira	1571	12	48	213	361	511	486	7	12	15	14
.Escola Marvin	1259	10	40	246	356	384	273	8	11	12	9
.Colégio Filgueiras Lima	1133	9	36	138	231	388	376	4	7	13	12
.Colégio Liceu do Ceará	3345	27	107	515	870	1086	874	16	28	35	28
.Escola Paulo Benevides	864	7	28	161	230	240	233	5	7	8	8
.Colégio Justiniano de Serpa	2231	18	72	343	503	710	675	11	16	23	22
.Colégio Mal.H.Castello Branco	1749	14	56	261	437	570	451	9	14	18	15
.Colégio Rogério Frões	292	2	8	83	81	68	60	2	2	2	2
.Colégio Nogueira Jucã	192	1	4	47	63	50	32	1	1	1	1
T O T A L	12636	100	399								

2.2.5.2. Instrumentos

A - 16 PF - Dezesseis fatores da personalidade de R.B. CATTELL e H.W. EBER.

Trata-se de um questionário destinado a pessoas acima de 16 anos que apresenta dezesseis resultados em termos de traços e quatro em termos de tipos.

B - Escala de Dogmatismo de ROKEACH - Forma E

Trata-se de uma escala de auto-avaliação com 35 afirmativas para as quais o indivíduo assinala 1, 2, 3, -1, -2, -3, conforme a situação. A marcação dos valores positivos refere-se à concordância do sujeito com a alternativa e os valores negativos referem-se a discordância.

C - Bateria DAT

Trata-se de 7 sub-testes que avaliam as aptidões diferenciadas nas áreas verbal, abstrata e espacial tanto na vertente ativo-criadora quanto na passivo-reprodutiva, sendo excluído o sub-teste rapidez e exatidão por tratar-se de um fator quantitativo.

2.2.5.3. Procedimento

Inicialmente realizou-se uma primeira medida dos componentes da amostra utilizando o 16 PF. Em seguida, procedeu-se a uma sub-divisão do grupo original em dois: introvertido e extrovertido.

Estes dois grupos foram submetidos à Escala de Dogmatismo de ROKEACH. A partir dos resultados, estes dois grupos foram subdivididos em quatro, caracterizados da seguinte maneira:

- Grupo I - ID
 Grupo II - InD
 Grupo III - ExD
 Grupo IV - Exnd.

Estes 4 grupos foram submetidos à última medida no que se refere aos sub-testes da Bateria DAT.

2.2.5.4. Plano de Análise dos Resultados

Para fins da análise pretendida, os dados referentes às variáveis dogmatismo e introversão-extroversão foram dicotomizados em dois grupos: um representado pelos valores correspondentes às notas inferiores ou iguais à nota mediana e o outro constituído pelos valores referentes às notas superiores à mediana obtida em cada variável estudada. Em seguida, efetuou-se o cálculo das percentagens dos indivíduos com notas em cada grupo, considerando-se os seguintes atributos de classificação: introvertido-extrovertido, dogmático e não-dogmático.

Para cada variável foram realizados testes de diferença de proporções com o objetivo de investigar a veracidade das seguintes hipóteses estatísticas:

$H_0^{(1)}$: não há diferença entre indivíduos introvertidos e extrovertidos;

$H_0^{(2)}$: não há diferença entre indivíduos dogmáticos e não-dogmáticos;

$H_0^{(3)}$: Não há diferença entre indivíduos introvertidos não-dogmáticos e introvertidos dogmáticos;

$H_0^{(4)}$: não há diferença entre indivíduos extrovertidos

não-dogmáticos e extrovertidos dogmáticos.

As hipóteses formuladas foram traduzidas sob a forma estatística através de $H_0: P_1 = P_2 = P$, onde P_1 e P_2 são duas proporções populacionais dos atributos investigados, isto é, P_1 é a proporção de indivíduos pertencentes a uma das classificações incluídas na hipótese $H_0^{(1)}$ ($i = 1, 2, 3, 4$). Consequentemente, P_2 é a proporção de indivíduos pertencentes a outra classificação.

A estatística utilizada foi a seguinte:

$$Z = \frac{P_1 - P_2}{\hat{p}\hat{q} \left(\frac{1}{n_1} + \frac{1}{n_2} \right)},$$

onde Z , sob a hipótese H_0 , segue uma distribuição normal com média zero e variância um. Obtiveram-se os valores de Z calculando-se as proporções amostrais P_1 e P_2 da seguinte forma:

$$\hat{p}_1 = \frac{X_1}{n_1} \quad \text{e} \quad \hat{p}_2 = \frac{X_2}{n_2}, \quad \text{onde:}$$

X_1 = número de indivíduos com notas inferiores ou iguais à nota mediana da classificação 1.

n_1 = tamanho do grupo 1.

X_2 = número de indivíduos com notas inferiores ou iguais à nota mediana na classificação 2.

n_2 = tamanho do grupo 2.

Estimou-se o valor de P que aparece na raiz quadrada de Z por:

$$\hat{p} = \frac{X_1 + X_2}{n_1 + n_2} \quad \hat{q} = 1 - \hat{p}$$

Fixou-se o nível de significância para os testes em $\alpha = 5\%$. Optou-se pela rejeição da hipótese H_0 como verdadeira, quando o valor obtido de Z foi menor que $Z_{1/2}$ ou maior que $Z_{1-1/2}$, onde $Z_{1/2}$ e $Z_{1-1/2}$ são valores obtidos através de uma tabela de normal reduzida.

Para $\alpha = 5\%$, temos $Z_{0,025} = -1,96$ e $Z_{0,975} = 1,96$.

Usou-se a mediana para dicotomizar os indivíduos em cada categoria.

2.2.6. RESULTADOS

2.2.6.1. Lado Ativo-Criador

a) Raciocínio abstrato

	INTROVERTIDOS		EXTROVERTIDOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Dogmáticos	59	59	39	49
. Não-Dogmáticos	70	59	31	33
T O T A L	129	118	70	82

Valor da mediana - 15,545

	DOGMÁTICOS		NÃO-DOGMÁTICOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Introvertidos	59	59	70	59
. Extrovertidos	39	49	31	33
T O T A L	98	108	101	92

b) Raciocínio mecânico

	INTROVERTIDOS		EXTROVERTIDOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Dogmáticos	60	58	41	47
. Não-Dogmáticos	70	59	27	37
T O T A L	130	117	68	84

Valor da mediana - 16,600.

	DOGMÁTICOS		NÃO-DOGMÁTICOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Introvertidos	60	58	70	59
. Extrovertidos	41	47	27	37
T O T A L	101	105	97	96

c) Raciocínio Verbal

	INTROVERTIDOS		EXTROVERTIDOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Dogmáticos	65	53	36	52
. Não-Dogmáticos	81	48	28	36
T O T A L	146	101	64	88

Valor da mediana - 11,130.

	DOGMÁTICOS		NÃO-DOGMÁTICOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Introvertidos	65	53	81	48
. Extrovertidos	36	52	28	36
T O T A L	101	105	109	84

Em relação ao raciocínio abstrato, encontrou-se Z igual a 1,18, a partir das proporções: $\bar{P}_1 = 0,522$; $\bar{P}_2 = 0,461$ e $\bar{P} = 0,499$. Desse modo, ficou constatado que não há diferença entre indivíduos introvertidos e extrovertidos nesta característica e também no raciocínio mecânico, onde se obteve um Z de 1,53 nas proporções $\bar{P}_1 = 0,526$, $\bar{P}_2 = 0,477$ e $\bar{P} = 0,496$.

Já no raciocínio verbal, o Z obtido foi 3,30 para as proporções $\bar{P}_1 = 0,591$, $\bar{P}_2 = 0,421$ e $\bar{P} = 0,526$. Daí, então pode-se concluir que existe uma diferença significativa entre indivíduos introvertidos e extrovertidos nesta característica, sendo que há uma maior diferenciação da mesma nos indivíduos introvertidos.

No que se refere à comparação entre indivíduos dogmáticos e não-dogmáticos, não se observou nenhuma diferença nas três habilidades do lado ativo-criador, pois o Z obtido para raciocínio abstrato foi de -0,938 nas proporções $\bar{P}_1 = 0,476$, $\bar{P}_2 = 0,523$ e $\bar{P} = 0,49$. No raciocínio mecânico, obteve-se Z = -0,260 nas proporções $\bar{P}_1 = 0,490$, $\bar{P}_2 = 0,503$ e $\bar{P} = 0,496$. No raciocínio verbal o Z obtido foi -1,50 pelas proporções $\bar{P}_1 = 0,490$, $\bar{P}_2 = 0,565$ e $\bar{P} = 0,526$.

Na combinação entre indivíduos introvertidos não-dogmáticos e introvertidos dogmáticos não se observou diferenças significativas em relação às características mencionadas, uma vez que em raciocínio abstrato se obteve $Z = 0,68$ nas proporções $\bar{P}_1 = 0,543$, $\bar{P}_2 = 0,500$ e $\bar{P} = 0,522$. No raciocínio mecânico, encontrou-se $Z = 0,550$ nas proporções $\bar{P}_1 = 0,543$, $\bar{P}_2 = 0,508$ e $\bar{P} = 0,526$. No raciocínio verbal o Z obtido foi 1,23 pelas proporções $\bar{P}_1 = 0,628$, $\bar{P}_2 = 0,551$ e $\bar{P} = 0,591$.

Também não se observaram diferenças na combinação relativa à comparação entre indivíduos extrovertidos não-dogmáticos e extrovertidos dogmáticos nas características mencionadas, onde, para raciocínio abstrato, encontrou-se $Z = 0,500$ nas proporções $\bar{P}_1 = 0,484$, $\bar{P}_2 = 0,443$ e $\bar{P} = 0,461$. No raciocínio mecânico, obteve-se $Z = -0,539$ através das proporções $\bar{P}_1 = 0,422$, $\bar{P}_2 = 0,466$ e $\bar{P} = 0,477$. Para raciocínio verbal, obteve-se $Z = 0,36$ nas proporções $\bar{P}_1 = 0,438$, $\bar{P}_2 = 0,409$ e $\bar{P} = 0,421$.

2.2.6.2. Lado Passivo-Reprodutivo

a) Ortografia

	INTROVERTIDOS		EXTROVERTIDOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Dogmáticos	69	49	47	41
. Não-Dogmáticos	61	68	26	38
T O T A L	130	117	73	79

Valor da Mediana - 42,180

	DOGMÁTICOS		NÃO-DOGMÁTICOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Introvertidos	69	49	61	68
. Extrovertidos	47	41	26	38
T O T A L	116	90	87	106

b) Sentença

	INTROVERTIDOS		EXTROVERTIDOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Dogmáticos	66	52	37	51
. Não-Dogmáticos	76	53	26	38
T O T A L	142	105	63	89

Valor da Mediana - 3,070.

	DOGMÁTICOS		NÃO-DOGMÁTICOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Introvertidos	66	52	76	53
. Extrovertidos	37	51	26	38
T O T A L	103	103	102	91

c) Habilidade Numérica

	INTROVERTIDOS		EXTROVERTIDOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Dogmáticos	60	58	51	37
. Não-Dogmáticos	42	87	35	29
T O T A L	102	145	86	66

Valor da Mediana - 7,300

	DOGMÁTICOS		NÃO-DOGMÁTICOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Introvertidos	60	58	42	87
. Extrovertidos	51	37	35	29
T O T A L	111	95	77	116

d) Relações Espaciais

	INTROVERTIDOS		EXTROVERTIDOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Dogmáticos	63	55	36	52
. Não-Dogmáticos	76	53	24	40
T O T A L	139	108	60	92

Valor da Mediana - 18,550

	DOGMÁTICOS		NÃO-DOGMÁTICOS	
	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana	Acima da Mediana	Abaixo da Mediana
. Introvertidos	63	55	76	53
. Extrovertidos	36	52	24	40
T O T A L	99	107	100	93

Na comparação entre indivíduos introvertidos e extrovertidos não se observou diferenças significativas com respeito a ortografia, pois encontrou-se o $Z = 0,892$ nas proporções $\bar{P}_1 = 0,526$, $\bar{P}_2 = 0,480$ e $\bar{P} = 0,509$. Nas sentenças, estes dois grupos de indivíduos, quando comparados, revelaram diferenças significativas, sendo que foi observada uma maior diferenciação nos introvertidos pelo Z encontrado: $3,11$ nas proporções $\bar{P}_1 = 0,575$, $\bar{P}_2 = 0,415$ e $\bar{P} = 0,514$. Em habilidade numérica observou-se também diferenças significativas, havendo uma diferenciação maior nos extrovertidos, conforme os dados obtidos: $Z = -2,97$, $\bar{P}_1 = 0,413$, $\bar{P}_2 = 0,566$ e $\bar{P} = 0,471$. Por último, na relação espacial também foi revelada a mesma diferença, sendo que os extrovertidos exibiram uma menor diferenciação de acordo com o Z encontrado ($3,26$) através das proporções $\bar{P}_1 = 0,563$, $\bar{P}_2 = 0,395$ e $\bar{P} = 0,499$.

No que diz respeito à comparação entre indivíduos dogmáticos e não-dogmáticos, foi constatado que: há uma diferença significativa na ortografia, considerando-se os dados encontrados: $Z = 2,24$, $\bar{P}_1 = 0,563$, $\bar{P}_2 = 0,451$ e $\bar{P} = 0,509$. Na habilidade de sentença, os dados obtidos, $Z = -0,56$, $\bar{P}_1 = 0,500$, $\bar{P}_2 = 0,528$ e $\bar{P} = 0,514$, sugerem que não há nenhuma diferença significativa. O mesmo não se pode concluir em relação à habilidade numérica, pois o Z obtido foi $2,80$ pelas proporções: $\bar{P}_1 = 0,539$, $\bar{P}_2 = 0,399$ e $\bar{P} = 0,471$, que evidenciam haver uma diferença significativa entre esses dois grupos de indivíduos. No que tange à habilidade de relação espacial, esses dois grupos não diferem significativamente quando se considera o $Z = -0,739$, obtido a partir das proporções $\bar{P}_1 = 0,481$, $\bar{P}_2 = 0,518$ e $\bar{P} = 0,499$.

A combinação indivíduos introvertidos não-dogmáticos e indivíduos introvertidos dogmáticos revelou o seguinte: no que se refere à habilidade ortografia não se observou nenhuma diferença significativa, uma vez que pelas proporções $\bar{P}_1 = 0,473$, $\bar{P}_2 = 0,585$ e $\bar{P} = 0,526$ o Z obtido foi $-1,76$. Na habilidade sen-

tença ficou constatada a mesma ocorrência, pois obteve-se o $Z = 0,46$ pelas proporções $\bar{P}_1 = 0,589$, $\bar{P}_2 = 0,560$ e $\bar{P} = 0,575$. Já na habilidade numérica estes dois grupos de indivíduos diferem significativamente, de acordo com os dados seguintes: $Z = -2,9$, $\bar{P}_1 = 0,326$, $\bar{P}_2 = 0,508$ e $\bar{P} = 0,413$. Por último, na habilidade de relação espacial, os dados obtidos $Z = 0,87$, $\bar{P}_1 = 0,589$, $\bar{P}_2 = 0,534$ e $\bar{P} = 0,563$ demonstram que não há nenhuma diferença significativa.

A outra combinação estudada, em termos da comparação entre indivíduos extrovertidos não-dogmáticos e indivíduos extrovertidos dogmáticos, não revelou nenhuma diferença significativa nas habilidades acima, considerando-se os dados seguintes: em ortografia obteve-se $Z = -1,55$ a partir das proporções $\bar{P}_1 = 0,406$, $\bar{P}_2 = 0,534$ e $\bar{P} = 0,480$. Em sentença, as proporções $\bar{P}_1 = 0,406$, $\bar{P}_2 = 0,421$ e $\bar{P} = 0,414$ indicaram $Z = -0,185$. Em habilidade numérica, encontrou-se o seguinte: $Z = -0,400$ nas proporções $\bar{P}_1 = 0,547$, $\bar{P}_2 = 0,580$ e $\bar{P} = 0,566$ e na habilidade de relação espacial os resultados encontrados foram $Z = -0,422$, $\bar{P}_1 = 0,375$, $\bar{P}_2 = 0,409$ e $\bar{P} = 0,395$.

2.2.7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Psicologia, desde seu surgimento no campo das ciências sociais e humanas, tem-se empenhado em realizar investigações com a finalidade de demonstrar a existência das diferenças individuais e suas implicações no aspecto educacional.

Atualmente, os teóricos são unânimes em admitir que os indivíduos, embora apresentem características gerais, dotam-se de aspectos bastante diferenciados que os tornam altamente específicos. Isto foi o que se observou parcialmente neste estudo, quando se aferiram as características personalógicas e intelectuais.

Face aos resultados obtidos e às orientações sugeridas pela análise estatística, procedeu-se à seguinte sistematização:

Em primeiro lugar, foi efetuada uma definição e explicação de conceitos psicológicos relacionados à personalidade e à cognição, considerando-se o objetivo pretendido.

A seguir, foram abordados conceitos de ordem técnica referentes às características dos instrumentos psicológicos e de sua utilidade na aplicação em termos da normatização efetuada.

Por fim, à luz dos resultados obtidos, efetuou-se uma análise comparativa com o objetivo de se estabelecer as conclusões.

A suposição diretriz neste estudo baseou-se na seguinte proposição: a personalidade é o aspecto caracterizador do indivíduo que responde pela maneira estável e mutável do comportamento. Apresenta um núcleo que se relaciona com o mundo afetivo e ao mesmo tempo mantém íntimas relações com a dinâmica cognitiva. Esta interação representa o ponto crucial da Psicologia, de modo a atrair a atenção dos investigadores para desvendar os mistérios nela contidos. As conclusões alcançadas são geralmente incompletas, pois na prática observam-se estudos concentrados numa área, como o fez PIAGET, ao estudar o desenvolvimento cognitivo, ou noutra, como pretendeu FREUD, ao se deter no âmago da afetividade.

O desenvolvimento revela uma evolução da personalidade que culmina com a cristalização de certas características estáveis, presentes no decorrer da existência. Simultaneamente à organização das características da personalidade, é possível que ocorra o desenvolvimento para ulterior cristalização das estruturas cognitivas.

Desse modo, a observação prática, tanto no campo clínico quanto no campo escolar, evidencia que as estruturas cognitivas respondem, em última instância, pela maneira do indivíduo proceder, estando ainda em íntima conexão com a estrutura da personalidade. Disto deduz-se que o comportamento é, na realidade, o resultado de influências que confluem do campo afetivo e cognitivo. Portanto, uma medida isolada dos aspectos da área cognitiva ou da personalidade é ainda difícil de se obter, pois ao tentar efetua-la utilizam-se indicadores comportamentais.

Por outro lado, os instrumentos psicológicos disponíveis apresentam como problema crucial a validade e a normatização, o que às vezes concorre para o enviesamento dos resultados obtidos.

No presente estudo, os resultados analisados pela estatística Z possibilitaram comparações a respeito da verificação empírica das hipóteses postuladas.

No que concerne ao lado ativo-criador das capacidades cognitivas, observou-se uma diferença significativa apenas com respeito ao raciocínio verbal, ou seja, nesta modalidade evidenciou-se uma proporção maior de indivíduos introvertidos do que de indivíduos extrovertidos. A mesma relação não foi observada com respeito às modalidades raciocínio abstrato e mecânico. É possível que na diferenciação desses indivíduos o fator verbal tenha maior relevância, uma vez que esta capacidade refere-se à habilidade de compreender idéias e formular novas, expressando-as verbalmente. Ainda deve ser considerado que tal função vinculada à cadeia dos significados constitui-se no campo da representação. O fato de não se ter observado diferenças significativas entre indivíduos extrovertidos e introvertidos pode estar relacionado ao instrumento que mede extroversão e introversão, pois o mesmo pode não oferecer uma medida válida da característica em questão.

Além do mais, utilizou-se um instrumento construído nos Estados Unidos e padronizado em estudantes secundários do RJ, fato este que pode ter contribuído para explicar os resultados obtidos, uma vez que se trata de um contingente que possivelmente apresenta diferenças regionais.

Considerando-se ainda o lado ativo-criador, indivíduos dogmáticos e não-dogmáticos não apresentaram diferenças significativas. Acredita-se que, sendo o dogmatismo uma característica que envolve um sistema de valores, esta ainda não esteja consolidada na população alvo pelo fato de terem sido os indivíduos testados na adolescência, fase apresentada por um período de transição e marcada indecisão. Desse modo, é possível, como assinalou ROKEACH (1960), que esta característica apresente uma cristalização maior na fase adulta.

Na combinação entre introversão, extroversão e dogmatismo não se encontram diferenças significativas. Acredita-se, assim, que as razões expostas poderão ser consideradas como explicativas.

No que tange ao lado passivo-reprodutivo, observou-se uma diferença significativa entre indivíduos introvertidos e extrovertidos no que se refere às capacidades sentença, habilidade numérica e relação espacial. As capacidades sentença e relação espacial mostram-se mais desenvolvidas nos indivíduos introvertidos, enquanto que a habilidade numérica apresentou maior desenvolvimento nos indivíduos extrovertidos.

No referido aspecto da área cognitiva, encontrou-se diferenças entre indivíduos dogmáticos e não-dogmáticos nas capacidades ortografia e habilidade numérica.

Na habilidade numérica e na ortografia verificou-se uma proporção de indivíduos dogmáticos superior à encontrada nos indivíduos não-dogmáticos, o que serviu de base para se concluir

que tais capacidades acham-se mais desenvolvidas nos indivíduos dogmáticos.

A combinação entre introvertido dogmático e introvertido não-dogmático revelou uma diferença significativa na variável habilidade numérica, sendo a proporção de indivíduos introvertidos dogmáticos inferior à proporção de introvertidos não-dogmáticos. Já a combinação extrovertidos não-dogmáticos e extrovertidos dogmáticos não exibiu nenhuma diferença.

Provavelmente, alguns acontecimentos devem ter sido responsáveis pelo surgimento desses fatores que nortearam a aceitação da hipótese nula nos casos mencionados. Em primeiro lugar, pode-se questionar a validade do instrumento 16 PF, como mencionado.

Em segundo lugar, a análise estatística evidenciou uma heterogeneidade nos grupos estudados, razão pela qual optou-se por um tratamento estatístico em torno da mediana, ao invés de se utilizar uma técnica que trata da diferença da média, como foi inicialmente desejado.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste estudo tentou-se cotejar, mediante aproximações teóricas, os elementos significativos da organização cognitiva do indivíduo em sua interrelação com manifestações da personalidade. Para isto o procedimento empregado centrou-se mais numa abordagem ontológica. Em decorrência, define-se aqui tanto a personalidade, quanto a cognição, particularmente, a inteligência, como organizações psicológicas que representam, em última instância, o equipamento do indivíduo que embora se assentem numa base biológica, não se restringem à mesma. Não obstante, isso não quer dizer que se recuse totalmente a tese que sustenta a possibilidade de dispositivos inatos, no que diz respeito ao desenvolvimento da personalidade e da cognição.

No campo cognitivo, PIAGET não descartou totalmente essa formulação, ao admitir como inatos os processos de assimilação e acomodação, peculiares ao funcionamento da inteligência.

No que tange à personalidade, assume-se aqui que seu desenvolvimento se faz num todo complexo, mas que em termos de resultados, observa-se uma certa diferenciação dos aspectos cognitivos.

A análise processada nos dados obtidos neste estudo, torna possível estabelecer as conclusões seguintes:

a) Observou-se uma incidência elevada na frequência de indivíduos introvertidos. Diante dessa evidência, pode-se levantar indagações sobre o papel da Escola, bem como de outras ins-

tituições que aplicam princípios educacionais. Assim sendo, acredita-se que a Escola estaria influenciando o surgimento da tipologia personalógica, introvertidos.

Por fim, pode-se salientar que a instituição escolar através de seus agentes de transmissão de conhecimento - educadores - não podem descartar a possibilidade de que estão diante de uma realidade bastante complexa, na qual diferenças individuais se refletem em termos cognitivos e personalógicos. Desse modo, supõe-se que seria provavelmente inútil a pretensão de se trabalhar com o contingente de alunos, em uniformidade. Então, não seria a tentativa de implantação da ideologia de homogeneidade, responsável por fatores como o alto índice de introversão, tal qual evidenciado por este estudo?

b) Os resultados obtidos nas provas psicológicas, referentes às capacidades cognitivas, pelo fato de serem bastante inferiores aos resultados indicados como padrão ideal de diferenciação, sugerem que deve ser efetuado novo estudo, no intuito de verificar a organização e diferenciação dessas capacidades na realidade nordestina. Ainda pode-se inferir que a Escola, em sua dinâmica funcional, não estaria propiciando o desenvolvimento adequado das mesmas, e com isso se constitui um obstáculo à realização do indivíduo.

A introdução do conceito de interrelação entre a personalidade e a cognição é de grande importância, embora a análise dos dados coletados não os revelou totalmente contundentes por dois motivos: em primeiro lugar, por manifestar uma possível transformação na maneira como o cientista define personalidade pois, à luz das conclusões alcançadas neste estudo, torna-se impossível defini-la excetuando-se desta definição os aspectos cognitivos.

Em segundo lugar, os processos cognitivos estariam assim estabelecidos e desse modo viriam a ocupar um novo *status*,

quando se presume que os mesmos se refletem nas características de personalidade e na disposição de sua organização. Em suma, as transformações qualitativas que ocorrem tanto no âmbito da personalidade para a conformação das características estáveis e mutáveis do indivíduo, quanto as mudanças na organização mental entre o nascimento e a maturidade com respeito à estrutura cognitiva, se apresentam na realidade como convergências das influências e determinações desses dois campos, em termos da ação recíproca. Assim, acredita-se que o organismo como todo ser biológico, apresente modificações na sua estrutura interna onde uma organização se faz presente. Este é o responsável pelo modo de funcionamento dos processos cognitivos, sendo também o resultado da interação do indivíduo com o meio.

Por fim, postula-se que tal interação está apoiada em dispositivos personalógicos.

Face ao exposto, em termos teóricos e considerando as conclusões aqui alcançadas a partir da análise dos resultados obtidos, seria conveniente uma reaplicação do estudo utilizando outras variáveis de personalidade, como dependência, impulsividade e sociabilidade.

Por outro lado, também é recomendável a utilização de outros testes, bem como a construção ou padronização de instrumentos psicológicos voltados para a realidade do Nordeste.

De resto, sugere-se em outras pesquisas que se estude a relação entre traços além dos tipos como aqui se pretendeu. Assim, espera-se que as medidas de traços possam ser também relevantes na diferenciação da capacidade cognitiva.

Embora os resultados encontrados não conduziram à comparação global das hipóteses estabelecidas, este estudo apresenta, mesmo assim, uma relevância para profissionais que se dedicam à educação e à orientação vocacional.

Considerando as conclusões aqui alcançadas , segue-se que novas investigações sejam conduzidas, controlando a classe social do universo em estudo, pois é provável que a diferença de condição social revela seus efeitos em se tratando de diferenciação da personalidade em tipos bem como da especialização do conjunto de capacidades que compõem a dinâmica do intelecto.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLPORT, G.W. Personalidade. S.P., Herder, 1966.
- ANASTASI, A. Testes psicológicos. S.P., E.P.U., 1973.
- BRANDURA, A. Modificação do comportamento. R.J., Interamericana 1979.
- BINET, A. Les idées Modernes sur les enfants. Paris, Flammarion, 1909.
- BLEGER, J. Psicologia de la conducta. Buenos Aires, Paidós, 1979.
- BOECHENED, W. e ZAWISKA, E. Psychological stress and personality in mēnière's disorder. Journal of Psychosomatic, Vol.20,187-191, 1975.
- BRUNER, J.S. The cause of cognitive growth. American Psychologist, 1964, Vol. 19, 1-15.
- _____. Beyond the information given. New York, Norton & Company 1973.
- BURT, C. The factors of the mind. Londres, Pness, 1940.
- BUTCHER, H.J. A inteligência humana. S.P., Estudos, 1972.
- CATTELL, R.B. Personality. A sistematic, theoretical and factual study. Nova York, McGraw-Hill, 1950.
- _____. Análise científica da personalidade. São Paulo, Ibrasa , 1975.
- _____ e EBER, H.W. Manual do 16 PF. Rio de Janeiro, Cepa, s/d.

- DARWIN, C. Origin os species. New York, Modern Library, 1936.
- DIGGINGS, D. e HUBER, J. The human personality. Boston, Little, Brown and Company, 1976.
- DOLLE, J.M. De Freud a Piaget. Lisboa, Moraes, 1979.
- DREYFUS, H.L. Why computers must have bodies in order to be intelligent. The Review of Metaphysics, Vol. 21, nº 1, 1967.
- EYSENCK, H.J. Dimensions of personality. Londres, Routhledge and Kegan Paul, 1947.
- _____. The structure of human personality. Nova York, Wiley , 1953.
- _____. Psychiatric diagnosis as a psychological and statistical problem. Psychological Reports, vol. 1, 3-17, 1955a.
- _____. A dynamic theory of anxiety and hysteria. Journal Mental Sciences, 101, 28-51, 1955b.
- _____. The biological basis of personality. Springfield C.C. , Thomas, 1967.
- _____. Conditioning, introversion-extroversion and the strength of nervous system. In. V.D. Nebylitsym e J.A. Gray (eds.) . Biological basis of individual behavior. Nova York, Academic Press, 1974.
- _____ e EYSENCK, S.B.G. Personality structure measurement. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1969.
- EY, H., BERNARD, P. e BRISSET, C. Manual de Psiquiatria. R. J. Masson, 1981.
- FARIAS, F.R. de. Uma contribuição ao estudo do stress. R.J., F. G.V., 1983. (Dissertação de mestrado).

- FESTINGER, L. A theory of cognitive dissonance. Evanston, Vol. III, Rom, Peterson, 1957.
- FLAVEL, J.B. A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget. São Paulo, Pioneira, 1975.
- FORGUS, H.R. Percepção. S.P., E.P.U., 1981.
- FRANK, L.K. Projective Methods. Oxford, Springfield, Vol. III, 1948.
- FRANKS, C.M. Personality factors and the rate of conditioning. British Journal of Psychology. Vol. 48, 119-126, 1957.
- FREUD, S. O ego e o id. R.J., Imago, 1972, Obras Psicológicas Completas, Vol. XVII.
- _____. Os instintos e suas vicissitudes. R.J., Imago, 1972, Obras Psicológicas Completas, Vol. XIV.
- _____. Interpretações dos sonhos. R.J., Imago, 1972, Obras Psicológicas Completas, vol. V.
- GARRITY, T.F. SOMES, G.W. e MARX, M.B. The relationship of personality, life change psychophysiological strain and health status in a college population. Society Sciences and Medicine. Vol. 11, 257-263, 1977.
- GREGO, P. Piaget o la epistemología necesaria. In: Psicología y epistemología genéticas. Buenos Aires, Prateo, 1970.
- GROSSMAN, S.B. A textbook of physiological psychology. Nova York, Willey, 1973.
- GUILFORD, J. Teories of intelligence. In: Handbook of general psychology. B.B. Wolman (ed.) New Jersey, Prentice-Hall, 1973.
- HALL, C.S. e Lindzey, G. Teorias da personalidade. S.P., E.P.U. 1973.

- HAMILTON, V. Perceptual and personality in reactions to ambiguity. British Journal of Psychology. Vol. 4u, 200-215, 1957.
- _____. Eysenck's theory of anxiety and hysteria: a methodological critic. British Journal of Psychology, Vol. 50, 48-63, 1959.
- _____. Personality and stress. In: V. Hamilton e D.M. Warburton (eds). Human stress and cognition, Londres, John Wiley, 1979.
- HAYTHORN, W.W. e ALTMAN, I. Personality factors in isolated environments. In: M.H. Appley e R. Trumbull. Psychological stress. Nova York, Appleton - Century Crofts, 1967.
- HONZIK, M.P. The development of intelligence. In: Handbook of general psychology. B.B. Wolman (ed.), New Jersey Prentice-Hall, 1973.
- HOROWITZ, M.J. Intrusive and repetitive thoughts after experimental stress. Archives General Psychiatry, Vol. 32, 1457-1463, 1975.
- INHELDER, B. Desarrollo, regulación y aprendizaje. In: Psicología y epistemología genética. Buenos Aires, Prateo, 1970.
- KAGAN, J. e KOGAN, N. Diferenças individuais em processos cognitivos. In: Carmichael, Psicologia da Criança. P.H. Mussen (organizador). S. Paulo, E.P.U., 1975, vol. 7.
- KELLY, G.A. The psychology of personal constructs. N.York, Norton, 1955.
- LAING, D.R. O eu dividido. Petrópolis, Vozes, 1973.
- LAZARUS, R.S. Psychological stress and the coping process. Nova York, McGraw-Hill, 1966.
- _____. Cognitive and personality factors underlying threat and coping. In: M.H. Appley e R. Trumbull (eds.) Psychological stress. Issues in research. Nova York, Appleton-Century Crofts, 1967.

- LEVI, L. e ANDERSON, L. Psychosocial Stress: population, environment and quality life. Nova York, Spectrum, 1975.
- LOVALLO, W.R. e PISHKIN, V. Type A behavior, self-involvement autonomic activity and the traits of neuroticism and extraversion. Psychosomatic Medicine, Vol. 42, nº 3, 329-334, 1980.
- LURIA, A.R. Fundamentos de neuropsicologia. R.J., Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- MARTIN, N.G., EAVES, C.J. e FULKER, D.W. The genetical relationship of impulsiveness and sensation seeking to Eysenck's personality dimensions. Acta Genet.Med. Gemellol. Vol. 28, 197-210, 1979.
- MILLER, G.A., GALANTER, E.H. e PRIBRAM, K.H. Plans and the structure of behavior. Nova York, Henry Holt and Co., 1960.
- MILLER, C. e GRIM, C. Personality and emotional stress, measurement on hypertensive patients with essential and secondary hypertension. International Journal Nursing Studies. Vol.16, 85-93, 1979.
- MINTER, R.E., e KIMBALL, C.P. Life events, personality traits and illness. In: I.L.Kutash e L.B.Schlesinger (eds.) Handbook on stress and anxiety. Londres, Jossey-Bass, 1981. %
- MISCHEL, W. Toward a cognitive social learning reconceptualization of personality. Journal of Personality, vol. 80, nº 4, 253-283, 1973.
- NEISSER, U. Psicologia cognoscitiva. Mexico, Trillas, 1976.
- NUNNALLY, J.C. Psychometric theory. Nova York, McGraw-Hill, 1979.
- NUTTIN, J. Psicanálise e personalidade. R.J. Agir, 1967.
- PECH, D. e WHITHOW, D. Teorias da personalidade. R.J. Zahar, 1976.
- PENNA, A.G. Introdução à psicologia cognitiva. S.P., EPU, 1984.

- PENNA, A.G. Cognição e Personalidade. R.J., F.G.V., 1985.
- PIAGET, J. The psychogenesis of knowledge and its epistemological significance. In: Language and learning. M.Piatelli-Palmari, editor, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1980.
- POSNER, M.I. Cognição. R.J., Interamericana, 1980.
- RAPAPORT, D. A estrutura da teoria psicanalítica. S.P., Perspectiva, 1982.
- REYMOND-RIVIER, B. Inteligência, afetividade y sociabilidad. In: Psicología y epistemología genéticas. Buenos Aires, Proteo, 1970.
- REYNOLDS, A.G. e FLAGG, P.W. Cognitive psychology. Cambridge, Winthrop, 1977.
- ROKEACH, M.D. The open and closed mind: investigation into the nature of belief system and personality. Nova York, Basic Books, 1960.
- _____. The nature and meaning of dogmatism. Psychological Review, 194-204, 1961.
- ROTTER, J.B. e HOCHREICH, D.J. Personalidade. R.J., Interamericana, 1980.
- SAHAKIAN, W.S. Psychology of personality. Chicago, McGraw-Hill, 1965.
- _____. Aprendizagem. R.J., Interamericana, 1974.
- SCOTT, W.A., OSGOOD, D.W. e PETERSON, C. Cognitive structure : theory and measurement of individual differences. Washington Winston, 1979.
- SELLS, S.B. On the nature of stress. In: J.E. McGrath (ed.). Social and psychological factors in stress. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.

- SEMINÉRIO, F.L.P. Questões metodológicas de orientação profissional. Arquivos brasileiros de psicologia, vol. 2, 113-132, 1968.
- _____. Infra-estrutura e sistêmica da cognição humana: fatores ou linguagens? Arquivos brasileiros de psicologia, vol. 32, 536-544, 1980.
- SHAPIRO, K.J. e ALEXANDER, I.E. Extraversion-intraversion, affiliation and anxiety. Journal of Personality, vol. 37, 387-406, 1969.
- SIMMONDS, R.E. e NADER, R.M. Uma adaptação da escola de dogmatismo de Rokeach para aplicação no Brasil. Arquivos brasileiros de Psicologia Aplicada. Vol. 35. 74-80, 1983.
- SPEARMANN, C. The abilities. Nova York. MacMillan, 1927.
- SPRANGER, E. Formas de vida. Buenos Aires, Revista de Occidente Argentina, 1946.
- STAGNER, R. Psychology of personality. Tokyo, McGraw-Hill, 1961.
- TERMAN, L.M. e MERRIL, M.A. Measuring intelligence. Londres, Honap, 1937.
- THORNDIKE, E.R. The measurement of intelligence. New York, Bureau of Publication, 1926.
- THURSTONE, L.L. Primary mental abilities. Psychometrical monographs, nº 1, 1938.
- TINBERGEN, N. El estudio del instinto. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1970.
- VENHAM, L.L., MURRAY, P. e GAULIN-KREMER. Personality factors affecting the preschool child's response to dental stress. Journal Dental Research. 58(11)2046-2051, 1959.
- VERNON, P.E. Ability factors and environmental influences. American Psychologist, Vol. 20, 723-733, 1965.

WUNDT, W. Outlines of psychology. New York, Engelman, 1897.

WALLON, H. Do acto ao pensamento. Lisboa, Moraes, 1979.